

segurança

Milícias atuam na ausência do poder público

Participantes de debate dizem que origem das milícias está na pobreza, na violência e na falta de políticas públicas

páginas 8 e 9

Ameaças de paramilitares exigiram reforço de segurança nas eleições de 2008 no Rio

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XV — Nº 3.035/221 — Brasília, 8 a 14 de junho de 2009

EDIÇÃO SEMANAL

petrobras

Nova tentativa de instalar CPI na quarta-feira

página 2

debate

70 milhões de processos afogam Justiça

página 10

O desafio de produzir sem devastar

Aprovação da MP da Amazônia não encerra debate sobre regularização fundiária, objeto de aplausos e críticas no Dia Mundial do Meio Ambiente, lembrado em Plenário sexta-feira. Atenções agora se voltam para possíveis vetos a partes do projeto encaminhado ao presidente Lula.

páginas 4 e 5



Pela proposta de Pedro Simon, Justiça Eleitoral só vai aceitar registro de candidatura de quem comprovar ter reputação ilibada

CCJ aprova projeto que exige idoneidade moral de candidatos

páginas 11

e mais...

agora é lei	3
ambiente legal	4
projetos aprovados	5
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15

cidadania

Uso da web por crianças deve ser controlado

Para que crianças não se exponham a riscos na internet, é fundamental a orientação dos pais. Além disso, sites de busca, navegadores, sistemas operacionais e programas já oferecem ferramentas para controle do uso da rede pelos jovens.

página 16

Rosalba defende mais recursos para o SUS

Em entrevista, a presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba Ciarlini, fala sobre o ciclo de debates para avaliar o atendimento pelo Sistema Único de Saúde, que completa 20 anos.

página 7

Rosalba: "Atualizado, o orçamento do SUS deveria ser o dobro. E os recursos deveriam ir direto para o município"



agenda



Para o líder do governo, Romero Jucá (em conversa com Mercadante e Virgílio), nova data facilita mais negociações

CPI da Petrobras pode ser instalada na quarta-feira

Demora no início dos trabalhos é atribuída a divergências sobre o comando do colegiado e a questão da relatoria da CPI das ONGs

O senador Paulo Duque (PMDB-RJ) acredita que a instalação da CPI da Petrobras ocorrerá nesta quarta-feira, quando será eleito o presidente do colegiado e escolhido o relator. Por ser o membro mais idoso da comissão parlamentar de inquérito, ele presidirá a reunião.

Por duas vezes na semana passada – terça e quinta-feira –, Paulo Duque foi à sala em que funcionará a comissão, na hora agendada para instalação, e ali

aguardou 15 minutos pelos senadores designados para integrá-la, cancelando em seguida a reunião, por falta de quórum.

Em entrevista na sexta-feira, Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que os senadores da oposição estarão na sala de reunião pelo menos dez minutos antes do horário agendado para o início dos trabalhos. No Plenário, Romero Jucá (PMDB-RR) informou que a nova data dá tempo para mais negociações sobre o comando da

CPI – há divergências entre PT e PMDB sobre quem serão presidente e relator da comissão.

O adiamento da instalação da CPI da Petrobras se deu também, segundo Aloizio Mercadante (PT-SP), para que a Mesa diretora tenha tempo de responder questão de ordem de Jucá sobre a troca de relatoria na CPI das ONGs. O governo alega que a oposição descumpriu acordo ao indicar um relator opositorista – Arthur Virgílio – para o cargo.

Programa Minha Casa, Minha Vida abre pauta do Plenário

O Programa Minha Casa, Minha Vida é o principal ponto da pauta do Senado esta semana. Na sessão de terça-feira, começa a ser discutida em Plenário a Medida Provisória 459/09, transformada na Câmara no PLV 11/09, que trata do programa habitacional e da regularização fundiária de assentamentos em áreas urbanas.

O programa cria mecanismos de incentivo à produção e aquisição de 1 milhão de novas moradias pelas famílias com renda mensal de até dez salários mínimos (R\$ 4.650). A MP limitava o programa, com custo previsto de R\$ 60 bilhões, a municípios com até 100 mil habitantes. Uma das alterações feitas pela Câmara é a especificação de que o programa será direcionado às famílias que residem em qualquer município do país.

Outra mudança estabelece que sejam destinados R\$ 1 bilhão para atender municípios com população de até 50 mil habitantes, com foco nos que têm renda mensal de até três salários mínimos (R\$ 1.395).

O relator da matéria na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que o déficit habitacional brasileiro é estimado em 7,9 milhões e que a inclusão do segmento da população com renda até dez salários mínimos alcança

99,1% desse déficit. A pauta do Plenário contém mais 58 itens, destacando-se a Proposta de Emenda à Constituição 29/03, que cria mecanismos para avaliar indicadores de responsabilidade social. A PEC será votada em segundo turno. O objetivo é construir uma Lei de Responsabilidade Social.

Medida foi ampliada para atender a todos os municípios

VENEZUELA

O debate acerca da adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul) será retomado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) nesta terça-feira. Participarão da audiência os juristas Celso Lafer e Ives Gandra da Silva Martins, a professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), Maria Regina de Lima, e o embaixador do Brasil na Venezuela, Antônio José Ferreira Simões.

QUEIMADURAS

A adoção de políticas públicas para a prevenção às queimaduras e a reabilitação de queimados será debatida na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) às 9h. O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pela presidente da comissão, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e pelo vice-presidente, Paulo Paim (PT-RS). Mais de 1 milhão de acidentes com queimaduras ocorrem todo ano no país, o que justificaria a criação de medidas que ajudem a prevenir esses episódios.

comissões

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Queimaduras – Audiência pública conjunta com a Subcomissão de Acompanhamento da Saúde e do Idoso para debater políticas públicas de prevenção a queimaduras e de reabilitação de queimados. A audiência faz parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde no país. Estão convidados o coordenador de cirurgia plástica da Unidade de Queimados do Hospital Regional da Asa Norte (Hran), José Adorno; o presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras, Flávio Nadruz Novaes; a presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimaduras, Ana Aparecida de França e Silva; e representantes do Ministério da Saúde.

9h30 – AGRICULTURA

Biodiesel – A comissão debate em audiência pública o uso do pinhão-manso para produção de biodiesel. O diretor-presidente da Brasil Bioenergia, Laércio Nery, e o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Pinhão-Manso, Mike Lu, estão entre os convidados.

9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Venezuela – Discussão sobre a

proposta de integração da Venezuela ao Mercosul, com a participação dos juristas Celso Lafer e Ives Gandra da Silva Martins; da pesquisadora e professora do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro Maria Regina Soares de Lima; e do embaixador Antonio José Ferreira Simões.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Calamidades públicas – Reunião para analisar o projeto que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas. O primeiro dos 11 itens da pauta unifica a hora legal no território brasileiro.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Crime organizado – Audiência debate projeto que trata da repressão ao crime organizado. Estão convidados os presidentes da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Sandro Torres Avelar, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Carlos Eduardo Benito Jorge, e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Raimundo Cezar Britto Aragão.

11h – EDUCAÇÃO

ProUni – Reunião vai analisar projeto que altera a Lei 11.096/05, que criou

o Programa Universidade para Todos (ProUni), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e permite ao estudante do ProUni solicitar transferência para outra instituição. Entre os 15 itens, há ainda o que cria centros de pesquisa e desenvolvimento nas instituições federais de educação superior.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Licitação – Exame de projeto que inclui a certificação da empresa por boas práticas ambientais entre os critérios de desempate nas licitações. Entre os 12 itens, a pauta prevê a votação do projeto que cria incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente.

CPI DAS ONGS

Reunião – A comissão se reúne para apreciação de requerimentos.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA

Voz do Brasil – O primeiro item da pauta é o substitutivo ao projeto que obriga emissoras de rádio e TV a transmitirem o programa oficial dos Poderes da República. Há ainda 66 projetos de decreto legislativo sobre autorização

para funcionamento de emissoras.

10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA

Maioridade penal – Apreciação de propostas de emenda à Constituição que tratam da redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos. O primeiro item versa sobre a recomposição das câmaras municipais. Serão analisadas, nas duas propostas, emendas de Plenário. Também, entre os 50 itens da pauta de votações, estão projetos que dispõem sobre crimes hediondos.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixador – A comissão se reúne para analisar a indicação de Mário da Graça Roiter para exercer o cargo de embaixador em Honduras e de Henrique da Silveira Sardinha Pinto para o mesmo cargo na Argélia.

10h30 – CPI DA PETROBRAS

Instalação – Reunião para eleição de presidente e vice-presidente, seguida da indicação do relator.

plenário

Segunda-feira

assentamentos localizados em áreas urbanas.

14h – Sessão não deliberativa

Quarta-feira

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

14h – Sessão deliberativa
Minha Casa, Minha Vida – A pauta encontra-se trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 11, proveniente da Medida Provisória 459/09, que trata do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida e da regularização fundiária de

Quinta-feira

Feriado de Corpus Christi

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

economia

Relatório da LDO prevê compensação da Lei Kandir

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. O destaque foi uma emenda do deputado Nárceo Rodrigues (PSDB-MG) determinando a alocação de recursos no Orçamento da União para estados e municípios a título de compensação pela isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre as exportações. Até 2006 essa compensação era feita por meio da Lei Kandir.

Efraim Morais (DEM-PB) alertou para a necessidade de se

criar mecanismos eficientes de controle dos repasses de recursos federais para organizações não governamentais (ONGs), sugerindo a inclusão no texto de relação de todas as obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Foram aprovadas outras 21 emendas ao relatório preliminar, que define os procedimentos a serem adotados pelo relator a partir de agora e estabelece o número máximo de emendas permitido: cinco por comissão permanente da Câmara e do Senado, cinco por bancada estadual no Congresso e cinco emendas individuais.



Senador Almeida Lima (C) preside reunião da CMO que aprovou diretrizes para a preparação do Orçamento de 2010, relatado pelo deputado Geraldo Magela (E)

Secretaria da Pesca a um passo de ser ministério

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em ministério; o aumento da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e nova competência para a Secretaria Especial de Direitos Humanos: atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos. Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria e líder do governo no Senado, negociou acordo com a bancada governista na Câmara, permitindo a aprovação do projeto de lei (PLC 29/03).

Aprovado nome para procurador-geral do Cade

Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo poderá assumir em definitivo o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no que depender da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprovou a indicação do presidente da República. Ele já vem exercendo a função desde dezembro, como interino, em substituição a Arthur Badin, nomeado presidente do órgão. A mensagem presidencial vai a Plenário, para decisão final.

Na sabatina, Gilvandro de Araújo defendeu o projeto que reforma o sistema brasileiro de defesa da concorrência, em exame na CAE (PLC 6/09).

Debate revela dúvidas sobre fim do crédito-prêmio do IPI

Os participantes de debate promovido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre a extinção do crédito-prêmio do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para indústrias exportadoras mostraram-se cautelosos quanto à solução que se deve dar à questão.

O benefício foi criado em 1969 para estimular as exportações e dá direito a um crédito de até 15% do IPI sobre o valor das exportações de bens industrializados, que podem ser compensados nos demais impostos

federais devidos. O crédito-prêmio foi extinto em 1983, mas os exportadores recorreram à Justiça e hoje a questão está no Supremo Tribunal Federal.

Os senadores, governistas e da oposição, pediram ao governo e aos industriais que encontrem uma saída para pôr fim ao litígio judicial. Raimundo Colombo (DEM-SC) sugeriu um encontro de contas. Há discordâncias sobre os valores: para os industriais, seriam R\$ 62 bilhões; já a Receita Federal registra um passivo de mais de R\$ 220 bilhões.

Municípios poderão renegociar R\$ 22 bi

Senadores aprovam prazo de dez a vinte anos, carência de três a seis meses e correção pela TJLP, mas Lula deve vetar a mudança e manter a Selic

A União poderá parcelar as dívidas dos municípios com o INSS em prazos que variam de 120 a 240 meses.

O Projeto de Lei de Conversão 10/09, oriundo da Medida Provisória 457/09, que permite esse parcelamento foi aprovado na quarta-feira pelo Senado, com 14 emendas propostas pelo relator, Valter Pereira (PMDB-MS). Calcula-se que 1.200 prefeituras poderão renegociar um total de R\$ 22,1 bilhões em dívidas.

A renegociação interessa ao governo federal e às prefeituras. É o caminho para que os municípios voltem a cumprir seus pagamentos previdenciários e, ao mesmo tempo, realizem in-



Para Valter Pereira, prefeitos vão recuperar a capacidade de investir

vestimentos – explicou.

Uma das emendas mudou o prazo, que era fixo em 240 meses na proposta dos deputados e agora poderá variar de 120 a 240

meses. No geral, as prefeituras terão de três a seis meses para começar a pagar. A proposta dos deputados, mantida pelos senadores, de adoção da TJLP, hoje em 6,25% ao ano, para correção da dívida deve, no entanto, ser vetada pelo presidente da República. A MP previa correção pela taxa de juros Selic, no momento em 10,25% ao ano.

Em razão das mudanças, o projeto volta à Câmara, que deve se manifestar até a próxima quarta-feira, último dia de vigência da MP 457/09. Valter Pereira informou que há acordo e que o governo discorda apenas do índice de correção.

Estímulo à produção de carros elétricos no Brasil

Várias categorias de veículos elétricos, menos poluentes, poderão ser isentas do IPI. É o que propõe projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-SC) aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (PLS 44/09). O texto lista entre os veículos os de passageiros e mistos (com possível uso para transporte de carga) movidos a tração elétrica, e os minicarros equipados com motores elétrico, a combustão interna flex ou híbrido-elétrico flex. A proposta agora segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

CAS aprova isenção do INSS para exportações agrícolas

A comercialização entre agroindústrias e empresas exportadoras visando, comprovadamente, à exportação poderá ser isenta da contribuição previdenciária. Essa desoneração consta de proposta do senador Gilberto Goellner (DEM-MT) aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais.

Goellner afirma que exportar tributos é atentar contra a competitividade do produto no mercado internacional. O relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), apresentou voto favorável ao projeto (PLS 79/08), que agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

agora é lei

Inadimplentes podem renegociar com a Receita

A lei que define regras para o parcelamento de dívidas de empresas e de pessoas físicas com a Receita Federal (Lei 11.941/09) foi publicada no *Diário Oficial da União* de 28 de maio. O programa permite que qualquer dívida com o fisco vencida até dezembro do ano passado seja paga em até 180 meses, com abatimento de multas e juros de mora e prestações mínimas de R\$ 50 (pessoas físicas) e de R\$ 100 (jurídicas).

Para beneficiários de programas anteriores, a prestação mínima deve ser equivalente a 85% da atual ou, para inadimplentes, 85% da mais recente. Dívidas de até R\$ 10 mil vencidas até 2002 serão perdoadas. O Ministério da Fazenda tem prazo de 60 dias para detalhar os procedimentos aos contribuintes.

O presidente Lula vetou dispositivo aprovado

pelo Congresso que previa o uso da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) no parcelamento das dívidas. As prestações serão atualizadas mensalmente com base na taxa básica de juros (Selic), mais alta que a TJLP. A justificativa foi de que “não faz sentido oferecer mais uma desoneração ao contribuinte quando já há vários benefícios para quem aderir ao parcelamento, como a redução, ou mesmo eliminação, de multas e juros”.

A lei também permite o reparcelamento de dívidas das empresas incluídas no Refis (Programa de Recuperação Fiscal) relativas à chamada “alíquota zero” do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A empresa terá isenção total do encargo legal, mais desconto de 30% dos juros, para pagamentos à vista ou em até seis vezes. O texto completo está no *site www.receita.fazenda.gov.br*.

MOTOTAXISTA E MOTOBOY

Depois de muita polêmica, a CCJ aprovou a regulamentação das atividades de mototaxista e motoboy no transporte de passageiros, na entrega de mercadorias e em serviços comunitários. O texto também define regras de segurança para o motofrete, transporte remunerado de mercadorias em motocicletas e motonetas. A matéria (PLS 203/01) segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais.

CADÁVERES PARA ESTUDO

Projeto aprovado pela CCJ amplia a relação de cursos que podem receber, para fins de estudo e pesquisa, cadáveres não reclamados perante as autoridades. A lei vigente permite apenas às escolas de Medicina receberem cadáveres, enquanto o PLC 64/08 prevê que também as faculdades de Odontologia, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Educação Física, Fonoaudiologia e Nutrição tenham essa possibilidade.

ACORDO COM A ARGENTINA

Empresários argentinos poderão contar com o auxílio de embaixadas e consulados brasileiros em países onde não existam representações daquele país, assim como os empresários brasileiros poderão recorrer ao serviço diplomático argentino. O novo mecanismo de cooperação, que aprova acordo bilateral firmado em 2005, foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e será agora examinado em Plenário.

meio ambiente

FOTOS: GERALDO MAGELA



Mozarildo, Paim, Cristovam e Goellner: discursos evidenciaram a gravidade da crise ambiental e a responsabilidade do Brasil

Preservação e produção no centro dos debates

Senadores manifestam preocupação com o desmatamento na Amazônia, os riscos que pesam sobre o planeta e o Código Florestal

O Dia Mundial do Meio Ambiente, na sexta-feira, inspirou quatro senadores a se pronunciarem em Plenário. Paulo Paim (PT-RS) ressaltou estudo segundo o qual, mantidas as taxas de desmatamento atuais, 31% da Floresta Amazônica estarão destruídos e 24% degradados até 2023. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) convidou os brasileiros a conhecerem a Amazônia e pediu que a região seja incluída entre as prioridades nacionais. Cristovam Buarque (PDT-DF) fez um apelo para que todos se esforcem pela preservação da Terra. E Gilberto Goellner (DEM-MT) elogiou proposta que cria o Código Ambiental Brasileiro, em substituição ao Código Florestal.

Para Goellner, o projeto (PL 5.367/09) apresentado semana passada pelo deputado Valdir Collato (PMDB-SC) representa

uma importante mudança de paradigma, focando a preservação ambiental não como um fim em si mesma, mas colocada a serviço do bem-estar do homem.

– O foco deve ser no homem. A natureza é para servir ao homem e não o homem para servir à natureza, como determina o Código Florestal atual – afirmou.

O estudo citado por Paulo Paim, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) de 2003, mostrou que a Amazônia pode virar um grande cerrado até o final do século. O fato de concentrar um quinto da água doce do planeta, reunir de cem a 300 espécies de árvores por hectare e abrigar cerca de 3 mil espécies de peixes em seus rios, conforme destacou o senador, seria mais do que suficiente para exigir pressa na contenção do desmatamento.

Mozarildo Cavalcanti lamentou: “A Amazônia não está e nunca esteve na agenda nacional. Não tem um plano regional de desenvolvimento, observadas as suas diferenças regionais”.

Cristovam Buarque afirmou que a maior descoberta que o homem fez foi a da própria Terra, essa “entidade incrível que é o planeta que serve de morada para todos os seres vivos e as riquezas minerais”.

– A Terra acordou e começou a gritar diante de tantas agressões. Surgiram o aquecimento global e as tempestades fortíssimas, inundações e secas em lugares inusitados – disse Cristovam.

Ele lamentou que o Senado tenha aprovado a MP da regulamentação fundiária da Amazônia, que, com as emendas introduzidas pela Câmara, representa, segundo o senador, “um tapa na Terra”.

Para salvar floresta, secretário indica geração de renda com uso sustentável

A criação de alternativas para a geração de renda a partir do uso sustentável da floresta será uma “importante estratégia” para a conservação da Amazônia. A afirmação foi feita pelo secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro, em debate nas comissões de Ciência e Tecnologia, e Relações

Exteriores.

Os participantes do debate, entre eles o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Jacob Palis; a presidente em exercício da Embrapa, Tatiane de Abreu Sá; e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Adalberto Luis Val, salientaram que o desenvolvimento sustentável exige investimento em ciência e tecnologia.

DESENVOLVIMENTO

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimentos para realização de um ciclo de debates sobre modelos de desenvolvimento e proteção do meio ambiente. Serão nove debates, um a cada mês, sempre às quintas-feiras, com representantes da sociedade civil e dos governos federal e estaduais.

ÓLEO VEGETAL

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debaterá no dia 16 de junho, juntamente com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), proposta em tramitação nas duas comissões que trata da comercialização e do uso do óleo de origem vegetal como combustível.

Plenário ratifica tratado internacional de resgate marítimo

O Plenário ratificou o Projeto de Decreto Legislativo 269/08, já aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que aprova a Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, de 1989. A convenção tem por objetivo a proteção do meio ambiente em casos de salvamento marítimo.

Segundo explicou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na exposição de motivos, a convenção de 1989 não interfere com o direito de Estado costeiro de tomar medidas para proteger suas costas de poluição ocasionada por acidente marítimo.

A matéria foi relatada na CRE pelo senador João Ribeiro (PR-TO).

CCJ aprova maior controle sobre venda de agrotóxicos

Projeto que atualiza os valores das multas e aperfeiçoa dispositivos da chamada Lei dos Agrotóxicos foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre as principais alterações destaca-se a que obriga que todos os agrotóxicos, componentes e afins comercializados no país tenham embalagens com código de barras do fabricante e do

comprador. O objetivo é facilitar o trabalho de fiscalização do abandono de embalagens desses produtos em locais não apropriados.

O projeto (PLC 55/07), relatado por Expedito Júnior (PR-RO), também atualiza o valor da multa a ser aplicada aos infratores e diferencia os valores que serão cobrados de pessoas físicas e jurídicas.

Arthur Virgílio expõe quadro de calamidade no AM

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) alertou para o cenário enfrentado pela população do Amazonas em decorrência das enchentes. Segundo ele, são 42 municípios atingidos, a começar por Manaus, onde 11 bairros e dez comunidades na área rural enfrentam graves dificuldades. Ele lamentou a morte de quatro crianças, afogadas depois de serem arrastadas pelas águas, e pediu empenho no atendimento às vítimas.

Grupo ajudará país a realizar uma Copa do Mundo “ambiental”

A Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas aprovou a criação de um grupo de trabalho para viabilizar o projeto “Copa Limpa”, que prevê ações relacionadas à preservação ambiental antes e durante a Copa do Mundo de 2014, no Brasil. O grupo atuará em conjunto com outro, coordenado pela Casa Civil da Presidência, e que envolve os ministérios do Meio Ambiente, Turismo, Esporte, Planejamento e Fazenda.

ambiente legal

Clinton: mundo precisa reduzir o aquecimento

“Se não alterarmos o ritmo de emissão de gases-estufa, em 2100 a temperatura da Terra terá se elevado 9°C. Teremos, então, que retirar entre 65 milhões e 100 milhões de pessoas das zonas costeiras”, alertou o ex-presidente americano Bill Clinton, no evento Cúpula do Etanol 2009.

Desafio é ter etanol sem desmatar

Ao participar do fórum internacional realizado em São Paulo, na semana passada, Bill Clinton considerou o etanol brasileiro superior ao norte-americano, mas disse que produzi-lo sem agredir o ambiente representa um desafio. Segundo Clinton, é preciso evitar que a cultura da cana provoque o desmatamento da floresta tropical.

Marconi destaca o potencial do produto brasileiro

O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), afirmou, na Cúpula do Etanol, que o Brasil necessita de uma política para o setor “com diretrizes claras e bem definidas, sobretudo se o desejo for impulsionar a economia do país e deslançar um círculo virtuoso de eliminação da miséria e da pobreza”.

Meta de produção inclui preservação de áreas

Marconi Perillo ressaltou que a expansão potencial do setor de biocombustíveis, estimada em 99,8 milhões de hectares, contempla a preservação integral da Floresta Amazônica, do Pantanal e da Mata Atlântica remanescente.

Europa compra, mas exige sustentabilidade

A União Europeia está convencida de que terá de importar biocombustíveis para cumprir a meta de adicionar 10% de fontes renováveis em sua matriz energética até 2020. Mas o conselheiro da delegação da Comissão Europeia no Brasil, Fabian Delcros, adverte que esse combustível deverá ser certificado. “Quem quiser exportar para a Europa precisa ter sustentabilidade, e o Brasil até tem um programa nesse sentido”, disse, no mesmo seminário.

meio ambiente

Do fato ao direito

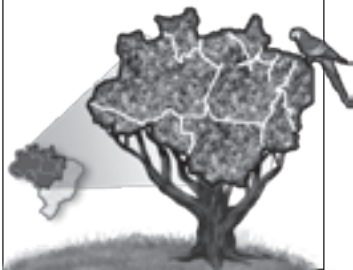
O PLV 9/09 permite regularizar posse de terra na Amazônia Legal de...

ocupante de área com até 1.500 hectares

invadida de maneira pacífica

antes de 1º de dezembro de 2004

e que exerça exploração direta ou indireta.



Expectativa agora recai sobre vetos

Após a polêmica votação do PLV 9/09 no Senado, a expectativa agora fica por conta da possibilidade de vetos a alguns artigos do projeto por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem 15 dias para sancioná-lo. Em carta aberta a Lula, a senadora Marina Silva (PT-AC) pediu o veto de três artigos. Os objetivos, segundo ela, são impedir a anistia a grileiros, “que cometeram o crime de apropriação de terras públicas” e não podem ser confundidos com “posseiros de boa fé”; garantir a vistoria inclusive em terras com até quatro módulos fiscais (cerca de 300 hectares) e limitar a regularização de terras para pessoas jurídicas que possuam outras propriedades rurais – caso contrário, afirma a senadora, quem tiver várias empresas pode regularizar 1.500 hectares para cada uma delas.

Senado aprova MP da Amazônia sem alterar o texto da Câmara

Votação do projeto que permite a regularização de terras ocupadas na região só ocorreu depois de debate de cinco horas em Plenário. Medida recebeu 37 dos 40 votos dos senadores presentes

Após cerca de cinco horas de debates, o Plenário do Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 9/09, originário da Medida Provisória (MP) 458/09, que permite a regularização de terras ocupadas na Amazônia Legal, situadas em áreas da União. Ao final do processo, prevaleceu a posição da relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), que mantinha o texto enviado pela Câmara dos Deputados.

Com isso, serão regularizadas as ocupações de até 1.500 hectares realizadas de maneira mansa e pacífica antes de 1º de dezembro de 2004. Poderão ser beneficiadas com a regularização pessoas físicas e empresas que exerçam a exploração direta ou indireta dessas terras. O projeto vai à sanção presidencial.

O texto básico da proposta foi aprovado com 37 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção. A presidente da sessão, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que não votou, contou sua presença para a composição do quórum de 41 senadores.

A chamada MP da Amazônia determina que a regularização das terras será feita sem licitação para áreas de até um módulo fiscal – na



Criação de gado na Amazônia: proposta permite regularização de ocupações sem licitação para áreas de até 1.500 hectares

região, 76 hectares em média. Para esses casos, a transferência será gratuita, inclusive o registro em cartório. Para áreas maiores, porém limitadas ao máximo de 1.500 hectares, a regularização também será feita sem licitação, mas com

pagamento em até 20 anos, com a primeira parcela vencendo após o terceiro ano.

Dois destaques propostos pela senadora Marina Silva (PT-AC) foram derrotados por 23 votos a 21, com 1 abstenção. Um deles bus-

cava vedar o acesso de prepostos aos benefícios da regularização das propriedades. O outro mantinha o impedimento da venda dessas terras durante dez anos, para todos os beneficiados pela regularização aprovada.

Debate colocou Kátia Abreu e Marina Silva em lados opostos

Duas correntes principais concentraram as polêmicas em torno da MP da Amazônia – uma representada pela relatora, Kátia Abreu, e a outra pela ex-ministra do Meio Ambiente e senadora Marina Silva.

Kátia reconhecia que o projeto aprovado pela Câmara poderia ser aprimorado, mas era o texto ao qual foi possível chegar após um difícil entendimento. A senadora insistiu que a proposta não dá guarida a qualquer tentativa de ação ilícita, não devendo ser confundida com a chamada grilagem de terras públicas. Segundo ressaltou, a grilagem se caracteriza pela fraude, com a falsificação de

títulos de propriedade de terras. Ela frisou que nos casos em exame, não estão em questão títulos de propriedade, e sim a ocupação efetiva das terras.

Já Marina Silva defendia o texto original da MP, alterado pelos deputados, que dizia que os beneficiados pela regularização da ocupação somente poderiam vender as terras dez anos depois de receberem o título. Os deputados mantiveram esse prazo de dez anos somente para quem regularizasse extensões de até quatro módulos fiscais, permitindo que os proprietários de parcelas maiores pudessem vendê-las depois de três anos.



Negociação de senadores no centro do Plenário: Kátia Abreu defende o texto aprovado pela Câmara, enquanto Marina Silva apoia a redação original da MP

projetos aprovados

De 1º a 5 de junho

➔ **PLV 9/09, do Executivo** – Regulariza a posse de terras na Amazônia Legal em áreas da União e com até 1.500 hectares. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

➔ **PLV 10/09, do Executivo** – Autoriza a União a parcelar, de 120 a 240 meses, as dívidas municipais vencidas até 31 de janeiro de 2009 com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Aprovado em Plenário, volta à Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 688/07**, do senador Pedro Simon (PMDB-RS) – Exige que o candidato comprove idoneidade moral e reputação ilibada para concorrer a cargo eletivo. Aprovado em caráter terminativo na Comissão de Constituição e Justiça, vai à Câmara.

➔ **PLS 383/08**, do senador Romeu Tuma (PTB-SP) – Estabelece tratamento especial para idosos e portadores de necessidades especiais em locais de votação. Aprovado em

Plenário, vai à Câmara.

➔ **PDLs, da Câmara**, prevendo acordos internacionais:

- * 269/08, referente à Convenção Internacional sobre Salvamento Marítimo, de 1989;
- * 278/08, de cooperação técnica com Granada;
- * 281/08, de incentivo ao comércio com a Argélia;
- * 285/08, de proteção previdenciária

com o Chile;

- * 65/09, referente à Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear, assinada em 2005;
- * 69/09, de combate ao crime com a China;
- * 70/09, de assistência jurídica mútua entre Brasil e Nigéria;
- * 71/09, de cooperação técnica com a República de Nauru. Aprovados em Plenário, os projetos de decreto legislativo vão à promulgação.

comissões



ROOSEVELT PINHEIRO/ABR

Principal objetivo da ONU para 2015 é reduzir pela metade a proporção da população mundial com renda *per capita* inferior a um dólar por dia

Brasil cumpriu principal meta do milênio, diz Casa Civil

O Brasil já atingiu a primeira e principal meta da Declaração do Milênio: a de reduzir pela metade a proporção da população com renda *per capita* inferior a um dólar por dia. Dos 8,8% que viviam nessas condições em 1990, restam hoje 3,3%. A afirmação é do coordenador do grupo de trabalho da Casa Civil da Presidência da República para acompanhamento das Metas do Milênio, Darci Bertholdo, em debate promovido pelas comissões de Relações Exteriores, de Agricultura e Reforma Agrária, de Assuntos Sociais, e de Direitos Humanos.

– Não nos serve apenas a metade. A meta é reduzir em um quarto – afirmou Bertholdo.

A Declaração do Milênio lista um conjunto de ações e metas pelo fim da pobreza, articulado

pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assumido por 189 países, a serem cumpridas até 2015.

O quarto objetivo recomendado pela ONU – reduzir a mortalidade infantil em dois terços – será cumprido pelo Brasil até 2012, três anos antes do prazo, garantiu o assessor especial do Ministério da Saúde, Adson França. Ele informou que os estados da Amazônia Legal terão atenção prioritária do governo nessa ação.

Para o representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, Sérgio Wanderly Silva, no entanto, os governos e instituições internacionais não colocam as metas como prioridade, considerando-as apenas “pano de fundo” para as políticas públicas.

Ministérios explicam ações do país para eliminar a pobreza

Transferência de renda, segurança alimentar e assistência social são os mecanismos que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem usado para cumprir as Metas do Milênio, informou Laura da Veiga, secretária de Avaliação de Gestão da Informação. Segundo ela, é preciso que esses “gastos sociais” sejam entendidos como “investimentos sociais”.

– Se não atingirmos essa compreensão, teremos gastos muito mais caros no futuro – alertou.

O assessor da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Antônio de Moraes, disse que a agricultura brasileira ajuda na redução da fome ofertando alimentos a preços acessíveis.

Apesar das dificuldades de infraestrutura e do protecionismo de alguns países, enfatizou Moraes, o Brasil aumentou a produção na última década. Na classificação mundial, o país exporta 63% do óleo de soja, quase 60% do açúcar e 30% da carne bovina.



CPI discute com operadoras de cartão combate à pornografia

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), reuniu-se com representantes de operadoras de cartões de crédito e técnicos da CPI para estudar métodos e propor leis que evitem a compra de material pornográfico infantil pela internet com cartões de crédito. A intenção é firmar um termo de cooperação entre as empresas e as autoridades brasileiras para evitar a prática.

De acordo com Thiago Tavares, presidente da ONG Safenet, é necessário o mapeamento do fluxo financeiro entre o comprador e o vendedor de pornografia

infantil para descobrir quem são os compradores e criar mecanismos para evitar a aquisição.

– A identificação do IP [internet protocol – uma espécie de endereço do equipamento], por vezes é impraticável, daí a necessidade de compartilhar as informações das operadoras de cartão.

Ele informou que existem pelo menos 2.700 *sites* comerciais que vendem pornografia infantil na internet, com características de crime organizado.

– É necessário combater a demanda para diminuir a oferta, defendeu.

Comissão quer acelerar acesso a dados telefônicos sob sigilo

Prepostos da Vivo, Claro, Embratel, Telefônica e Net reuniram-se com técnicos da CPI da Pedofilia em busca de um novo termo de cooperação entre as empresas e as autoridades brasileiras para acelerar o acesso às informações telefônicas dos investigados por pedofilia.

TIM, Oi/Telemar e Brasil Telecom já haviam firmado um termo em dezembro de 2008, mas as outras empresas discordaram de pontos específicos, como a previsão de sanções para quem não cumprisse o estabelecido.

Segundo Luiz Francisco Carvalho Silva, advogado da Vivo que representou as demais empresas na reunião, as concessionárias entendem que um termo de cooperação não pode prever penalidades, pois já existe punição prevista em lei para esses casos.

SAÚDE DE ATLETAS

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que obriga os clubes a oferecerem exames médicos periódicos a seus atletas, e os organizadores de competições a manterem equipes de atendimento de emergência nos jogos. O PLC 122/08 vai à Comissão de Educação.

COTAS EM UNIVERSIDADES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania adiou para 24 de junho a análise do projeto de lei da Câmara que cria o sistema de cotas, inclusive por critério étnico, em todas as universidades públicas do país e na rede federal de escolas técnicas (PLC 180/08).

CIDADES HISTÓRICAS

Flávio Arns (PT-PR), presidente da Comissão de Educação, recebeu um plano de ação para a qualificação urbanística das cidades históricas brasileiras elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e afirmou que a comissão tem interesse em ajudar.

Bolsa Família: só participando de reuniões na escola

Para receber o Bolsa Família, os pais ou responsáveis de alunos beneficiados deverão participar de reuniões com professores. É o que propõe substitutivo de Marisa Serrano (PSDB-MS) a projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado pela Comissão de Educação (PLS 449/07).

Marisa Serrano apresentou outro texto determinando que as reuniões estejam de acordo com a proposta pedagógica da escola e ocorram em horário compatível com o do trabalho dos pais ou responsáveis. Segundo ela, pesquisa realizada pelo Ibope identificou que 70% dos entrevistados julgam que a responsabilidade pela educação das crianças é do poder público, enquanto apenas 5% atribuíram responsabilidade também aos pais.

Fátima Cleide (PT-RO) demonstrou preocupação com o custo do transporte dos pais até as escolas e se absteve de votar. Eduardo Suplicy (PT-SP) votou contra. Roberto Cavalcanti (PRB-PB) elogiou a proposta e Papaléo Paes (PSDB-AP) ressaltou o estímulo que ela será para a participação dos pais de alunos no processo escolar. Por ser um substitutivo, o texto será votado novamente na comissão.

Gestão, mais recursos e ideias podem melhorar o SUS

Os 20 anos do Sistema Único de Saúde são o marco para o ciclo de debates organizado pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senadora e médica Rosalba Ciarlini (DEM-RN), para avaliar atendimento à saúde e formular propostas.

Jornal do Senado – Como surgiu a ideia de realizar esse ciclo de debates para avaliar os 20 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)?

Rosalba – Das reclamações, das situações caóticas a que assistimos todos os dias. Eu fui militante a favor da implantação do SUS. Naquela época eu era pediatra em Mossoró (RN), nas periferias da cidade, com mortalidade infantil altíssima. As pessoas ainda tinham medo de vacinar os filhos. Acreditávamos que o SUS seria bem melhor. Antes, só tinha direito à saúde quem tivesse carteira de trabalho assinada. A assistência médica estava a cargo do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). O restante era indigente, atendido por serviços filantrópicos.

O avanço do SUS foi dar acesso a um sistema público?

Sem dúvida. Claro que há o que melhorar. O sistema trouxe também algo importante: cada município pode estruturar sua rede de saúde. Mas a municipalização precisa ser fortalecida. Ela ainda enfrenta dificuldades, como a demora nos repasses estaduais e federais.

Isso seria resolvido com a redefinição das competências nas três esferas de governo?

Os conselhos municipais fiscalizam e analisam as ações. Não são executivos, mas são deliberativos. Há também os estaduais e o federal. Todas as ações passam por esses conselhos, assim como prestações de contas. Mas se o recurso fosse direto para o município, não faltaria aquele tipo de exame que é de alta complexidade. O município poderia negociar de forma livre e rápida com quem quisesse: entidade privada ou não. Hoje, se o paciente de uma cidade que não oferece atendimento pleno precisar de uma tomografia, de alta complexidade, tem de ser

transferido para a capital ou o prefeito tem de arcar com essa despesa, tirando recursos de outras ações. Outro problema é a quantidade de demandas judiciais de que os municípios são vítimas, muitas vezes decorrentes do descumprimento do atendimento à saúde nas esferas estadual e federal.

Como enfrentar esses entraves?

Defendo que a fiscalização fique no nível federal e estadual. Mas a execução deveria ficar mais a cargo dos municípios, desde que se dê condições para isso. Há estados em que a maioria dos pronto-socorros e hospitais ainda é de responsabilidade estadual, e

com problemas gravíssimos de atendimento. Se em capitais há congestionamento, falta planejamento no interior. Por exemplo, se as cidades sem UTI

pediátrica enviam as crianças para a capital, não há como evitar a superlotação. Portanto, é necessário ter cidades-polo. Isso só pode ser criado se os municípios tiverem mais recursos não só para ações básicas, como para formar polos, consórcios, formados pelas associações municipais regionalizadas. Eles seriam regionais e poderiam se intercomunicar, com especializações diferentes em cada núcleo. Se houvesse planejamento, certamente iríamos avançar mais. Esse projeto é de longo prazo.

Especialistas avaliam que as dificuldades seriam mais gerenciais do que a insuficiência de recursos. O que acha dessa avaliação?

Os recursos ainda são insuficientes. Se o orçamento inicial do SUS fosse atualizado, chegaríamos a uma cifra superior a R\$ 100 bilhões. Só que a



Rosalba: resultados do ciclo de debates, consolidados em relatório, serão entregues ao ministro da Saúde

população naquela época era menor. E o que temos orçado é praticamente a metade. Sabemos que praticamente todos os municípios brasileiros estão cumprindo a sua parte, investindo algo em torno de 15%. Mas muitos estados e o governo federal não cumprem suas metas. Isso será assegurado com a Emenda [constitucional] 29, cuja regulamentação está na Câmara para ser votada. Não estou dizendo que não haja problemas de gestão. Mas são pontuais.

No debate sobre o atendimento aos idosos, diagnosticou-se falta de conexão entre a rede básica e os centros especializados. O planejamento resolveria essa falta de conexão na rede do SUS?

Creio nisso. Como está hoje, perde-se tempo, recursos e, inclusive, vidas. A rede digital de comunicação, aplicada em algumas cidades, tem mostrado bons resultados. Nessas cidades, as unidades estão totalmente informatizadas. Isso deve ser disseminado com rapidez, além de se buscar reduzir a burocracia.

A CAS já debateu as condições do país para enfrentar a gripe suína e a saúde mental. A sociedade rediscute a redução de leitos e as dificuldades de internação de pacientes após a reforma psiquiátrica de 2001?

Não queremos voltar ao antigo sistema manicomial. Mas não se pode também eliminar a possibilidade de internação. Os centros de atenção psicossocial (CAPs), que se assemelham a unidades de saúde, que oferecem consulta, acompanhamento e terapias ocupacionais, além de apoio às famílias, precisam ser ampliados. São apenas 1.290 no país e, desses, só 40 são capazes de receber pacientes em crise. Em 20 anos, o Ministério da Saúde fechou cerca de 70% das vagas para internação. Eram 120 mil em 1989; hoje são 37,7 mil. Há estados com apenas sete leitos. Não é para que a pessoa fique morando.

Mas para aquele momento em que o paciente precisa de acompanhamento especial. Os que podem estão indo para as clínicas particulares. Mas, e o restante da população? Aumenta a população de rua com problemas mentais, que usa álcool e drogas. Tem que se criar condições de atender essa demanda, muito grande. Tratamento alternativo hoje é feito por instituições filantrópicas e religiosas, como a Fazenda Esperança.

Os debates vão prosseguir até o final do ano?

Organizamos as demandas de debates que já existiam na CAS, como saúde mental, idoso, atendimento materno infantil, média e alta comple-

xidade e o Programa Saúde da Família. Acrescentamos outros temas e montamos o ciclo de debates, até o final do ano. Vamos convidar ministros envolvidos com a implantação do SUS, como Alcení Guerra. É da época dele a Lei Orgânica da Saúde [Lei 8.080, de 1990], que fundou o SUS. Queremos levar o relatório do senador Papaléo Paes [PSDB-AP] ao ministro da Saúde com sugestões.

O Brasil não está muito atrasado na redução da mortalidade materna? A meta da ONU é de 20 óbitos para cada 100 mil pessoas. Em 2005, o Brasil apresentava 53,4 para 100 mil.

Infelizmente. E o pior: 94% das mortes poderiam ser evitadas se as mulheres tivessem feito pré-natal, recebido vacinas para evitar certas doenças. Há mortes por infecção, por falta de equipamento e de UTI onde essas mulheres moram. Os indicadores pioraram no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mas as mortes não eram notificadas, o que explica os índices elevados. Quanto mais cresce o Programa Saúde da Família, aumenta a notificação. No entanto, ainda existe subnotificação, principalmente no Norte. Portanto, esses dados podem ser ainda mais elevados. Se não, o indicador revela que o atendimento piorou. Isso tudo vai ser discutido no ciclo de debates.

“Cidades-polo podem se especializar em áreas diferentes”

“94% da mortalidade materna se deve à falta do pré-natal”

“Se fosse atualizado, orçamento do SUS deveria ser o dobro”

No Rio, milícias subjugam comunidades carentes

Grupos, integrados por policiais, vendem proteção e, pela intimidação, cobram por serviços em comunidades pobres e são identificados como desafio para a segurança pública da cidade e do país

Há três semanas, a captura do foragido Ricardo Teixeira da Cruz, o Batman, foi um duro golpe contra o crime organizado. Ex-policial militar, Batman é um dos chefes dos grupos de criminosos que atuam na zona oeste do Rio de Janeiro e havia fugido da penitenciária Bangu 8 – supostamente de segurança máxima – em outubro de 2008. Saiu caminhando pela porta da frente. Ele chegou a gravar e veicular pela internet, no site Youtube, uma série de entrevistas onde jurava inocência. Hoje, está na Penitenciária Federal de Campo Grande, onde são mantidas outras lideranças do crime organizado.

Apontado pela polícia como inimigo número um – o Disque-Denúncia oferecia R\$ 100 mil por informações que levassem à sua prisão –, Batman é um ícone da atual ameaça à segurança no Rio de Janeiro: as milícias, organizações formadas primordialmente por policiais e bombeiros militares, além de guardas penitenciários – ativos ou aposentados –, que prometem, em troca de uma taxa mensal, a segurança que as forças públicas não oferecem, e que dominam as comunidades e constroem verdadeiros impérios econômicos.

Em dezembro de 2008, o relatório de uma comissão parlamentar de inquérito da assembleia legislativa fluminense verificou a ação das milícias em mais de 170 bairros e favelas

(veja mapa nesta página), pediu o indiciamento de mais de 200 pessoas e constatou forte infiltração dos grupos na política, com a eleição de deputados e vereadores assegurada nos “currais eleitorais”. Mais ainda, comprovou o impressionante patrimônio amealhado por seus líderes.

– Os milicianos, além de imporem o seu serviço aos moradores amedrontados, acrescentam exigências, como a compra de mercadorias mais caras, de sinal ilegal de TV a cabo, o pagamento de taxas por cooperativas de transporte alternativo que circulam em seu território, de altos percentuais para a compra, venda e aluguel de imóveis – conta Alba Zaluar, professora de Antropologia da Uerj, coordenadora do Núcleo de Pesquisa das Violências do Instituto de Medicina Social.

Fenômeno surgido nos anos 70, foi tema de matéria do New York Times

Na semana passada, a Comissão de Direitos Humanos do Senado buscou soluções para combater as milícias. Além de uma ação mais enérgica do Estado nas comunidades pobres, ficou claro que os partidos políticos devem negar legendas aos representantes desses criminosos. Já o Congresso pode elaborar leis que reprimam essas organizações.

Grupos de extermínio que ofereciam prote-

ção já existiam desde os anos 1970 na zona oeste do Rio. Em Rio das Pedras, migrantes nordestinos que financiaram grupos de proteção para evitar a entrada dos traficantes acabaram reféns dos que ofereceram segurança privada. Em duas décadas, a expansão foi exponencial.

Em junho de 2008, o tema chegou às páginas do *The New York Times*. A reportagem “Milícias substituem gangues como reis do crime no Rio” narrou o episódio em que uma equipe do jornal *O Dia* foi sequestrada e torturada na favela do Batan, em Realengo, quando apurava a ação desses grupos nas favelas.

“As milícias preencheram um vácuo de autoridade prometendo aos moradores segurança em troca de pagamentos”, diagnosticou o jornal norte-americano, que registrou ainda que muitas milícias ganharam a simpatia da comunidade por expulsarem os traficantes.

Para o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL-RJ), que presidiu a CPI das Milícias, a prisão de Batman foi importante, mas não basta. Para ele, é essencial cortar as fontes de lucro das milícias e que o estado garanta transporte e serviços de qualidade, como a venda de gás.

– O rendimento desses milicianos é incompatível com os seus bens e seria fácil pegá-los dessa forma – afirmou Freixo.



Além de reprimir a atuação de grupos de traficantes, as forças de segurança pública, agora, combatem as milícias. Acima, soldado do Exército no bairro Abolição, subúrbio do Rio de Janeiro

CPI pediu o indiciamento de 226 pessoas

Cinco meses de investigação, 47 testemunhas ouvidas, 1.113 pessoas denunciadas por crimes como formação de quadrilha, extorsão e homicídio. Dos 226 nomes com pedido de indiciamento, 97 integram ou já fizeram parte das forças de segurança do estado – 57 policiais militares – e nove são detentores de mandatos políticos. O relatório final da CPI das Milícias, realizada em 2008 pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, traçou um quadro dramático do domínio dessas organizações criminosas sobre mais de 170 comunidades pobres do estado.

“É triste a constatação de que os grupos paramilitares se estruturaram nas comunidades graças ao apoio indireto do poder público. A cobrança de taxas e o monopólio de serviços nas favelas renderam um império financeiro aos envolvidos com as milícias, como mansões, carros de luxo e iates, cita o documento.

O pedido de instalação de CPI para investigar as milícias havia sido apresentado

em 2007, mas só em 2008 a comissão foi finalmente instalada, depois que uma equipe do jornal *O Dia* foi sequestrada e torturada por milicianos. Foi uma represália dos criminosos a uma série de reportagens do mesmo jornal que mostrava a vida de luxo e a evolução patrimonial dos investigados de ligação com as milícias, bem como a origem do dinheiro. Os dados foram comprovados em inquérito da Polícia Federal, que indiciou 15 pessoas por lavagem de dinheiro e extorsão.

Presidente da CPI, o deputado Marcelo Freixo espera que as investigações sejam aprofundadas pelo Ministério Público e pela Justiça Eleitoral. Ele disse que existem “várias provas” de crimes praticados por agentes do estado. O documento também propõe medidas de combate às milícias, como a criminalização dos “currais eleitorais”, a proibição de porte de armas para os bombeiros e uma fiscalização eficaz contra os centros sociais mantidos por políticos.



A CPI das Milícias, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, tomou 47 depoimentos em 2008 e descreveu o domínio de organizações paramilitares criminosas sobre 170 comunidades da cidade

Deputado quer reação de partidos contra “invasão”

Durante o debate da semana passada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o deputado estadual Marcelo Freixo disse que o estado precisa enfrentar o poderio das milícias porque, no ano que vem, as eleições podem ampliar a atuação desses grupos na política. Segundo ele, os partidos têm que reagir à infiltração de criminosos em busca de mandatos eletivos.

– É inconcebível que os partidos continuem fornecendo legendas para que essas pessoas, investigadas e indiciadas, continuem se candidatando e ocupando espaço nos parlamentos – ressaltou Freixo.

Em 2008, o deputado estadual Natalino Guimarães foi expulso da Polícia Civil e depois do DEM, após ter sido preso em flagrante em sua casa, na operação Lady Kate, como suposto chefe da milícia Liga da Justiça e acusado de tentativa de homicídio, porte ilegal de arma, formação de quadrilha e favorecimento pessoal. Na época, seu irmão, o vereador Jerominho (PMDB), inspetor policial, teve a aposentadoria cassada.

Filha de Jerominho, a vereadora Carmen Glória Guimaraes (PTdoB) teve a candidatura mantida pela Justiça Eleitoral em 2008, mesmo depois de ter ficado presa 40 dias após a operação. Quando eleita, ela estava de novo presa. No mês passado, a Procuradoria Eleitoral do Rio de Janeiro entrou com pedido

de cassação da vereadora, argumentando que sua filiação partidária era irregular.

Além da omissão dos partidos, também a convivência do poder público tem servido aos interesses das milícias, afirmou Freixo. Para o deputado, nenhum estado vive o problema das milícias de forma tão dramática como o Rio de Janeiro, e o governo precisa enfrentar essa situação.

Em resposta ao desafio, o representante do Ministério da Justiça, Bernardo Garcia Sampaio, lembrou que o ministro Tarso Genro chegou a colocar, em março passado, a Polícia Federal a disposição do estado, para assumir um papel maior no combate aos grupos criminosos. Bernardo Sampaio sugeriu que o Congresso aprove leis que definam como crime a organização de milícias e as práticas de controle eleitoral em favelas e comunidades pobres (os chamados “currais eleitorais”).

O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), propôs o envio de correspondência às autoridades a fim de alertar para o risco que as milícias oferecem à sociedade. Paulo Paim (PT-RS) recomendou que as assembleias legislativas de todos os estados sigam o exemplo do Rio de Janeiro e instalem CPI para investigar essas organizações criminosas.

– O que está em jogo não é mais a segurança do Rio apenas, mas a segurança nacional – salientou Cristovam.



Cristovam Buarque e a procuradora de Justiça Ligia Portes Santos ouvem, no Senado, o deputado estadual fluminense Marcelo Freixo apresentar o diagnóstico e as propostas feitos pela CPI das Milícias

Poder político obtido com votos de cabresto

O relatório final da CPI das Milícias pediu o indiciamento de 226 pessoas, entre elas o ex-chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro e deputado cassado Álvaro Lins, o deputado estadual Natalino Guimarães, os vereadores Jerônimo Guimarães Filho e Carminha Jerominho. Só isso já dá a dimensão do avanço que o crime organizado fluminense vem promovendo sobre o próprio sistema de representação política.

Foi na favela de Rio das Pedras, onde surgiu o fenômeno das milícias no final dos anos 1970, que se aliou pela primeira vez o controle econômico à interferência no sistema político local, como revela a antropóloga Alba Zaluar, no estudo “Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro”. Naquela comunidade, o vereador Nadinho, apontado como líder militar, promoveu, para as eleições de 2004, um mutirão para emissão de títulos eleitorais.

Foram emitidos de 20 mil a 30 mil títulos e Nadinho – então recém-filiado ao PFL (hoje DEM), do prefeito César Maia – elegeu-se vereador com 34.764 votos. Nadinho obteve 24% dos votos válidos na Zona Eleitoral de Jacarepaguá, onde fica Rio das Pedras. Na seção eleitoral na escola do bairro, 86% dos sufrágios tinham seu nome.

A experiência de Nadinho incentivou o crescimento das milícias, que dominam grandes áreas em bairros como Bangu, Penha, Engenho de Dentro, Pilares e Ramos. A expansão não se deu sem conflitos com traficantes de drogas, como relata a antropóloga.

Mas em muitos casos as ligações incestuosas entre milícias e as forças de segurança do estado tiveram papel essencial: os ataques da milícia a esses novos territórios eram antecedidos por operações policiais, que enfraqueciam os traficantes. Sempre deixando um rastro de mortes e medo entre a população.

No dia 28 de maio, a Operação Leviatã II desarticulou aquela que foi apontada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro como a maior milícia no estado. Duzentos homens capturaram 13 pessoas (entre elas, dois policiais militares e um menor de 16 anos) e apreenderam um arsenal composto por pistolas, escopetas, fuzis, revólveres, uma granada e muita munição.

A operação policial descobriu que o bando havia pedido a outra organização criminosas (a famosa milícia de Rio das Pedras) que indicasse um assassino de aluguel para matar o deputado Marcelo Freixo e o delegado Vinicius George, que atuaram na CPI. Os dois alvos potenciais foram avisados e ganharam reforço na segurança pessoal.

Todos do bando eram membros do grupo criminoso liderado pelo ex-PM Fabrício Fernandes Mirra. Mesmo preso há mais de um ano, ele seguia controlando lucrativos negócios em 23 comunidades do Rio. Em apenas um desses negócios, Mirra e seus comandados lucraram mais de 1,7 milhão com a “venda” de 350 apartamentos invadidos em um condomínio com 23 blocos entre os bairros de Anchieta e Pavuna.

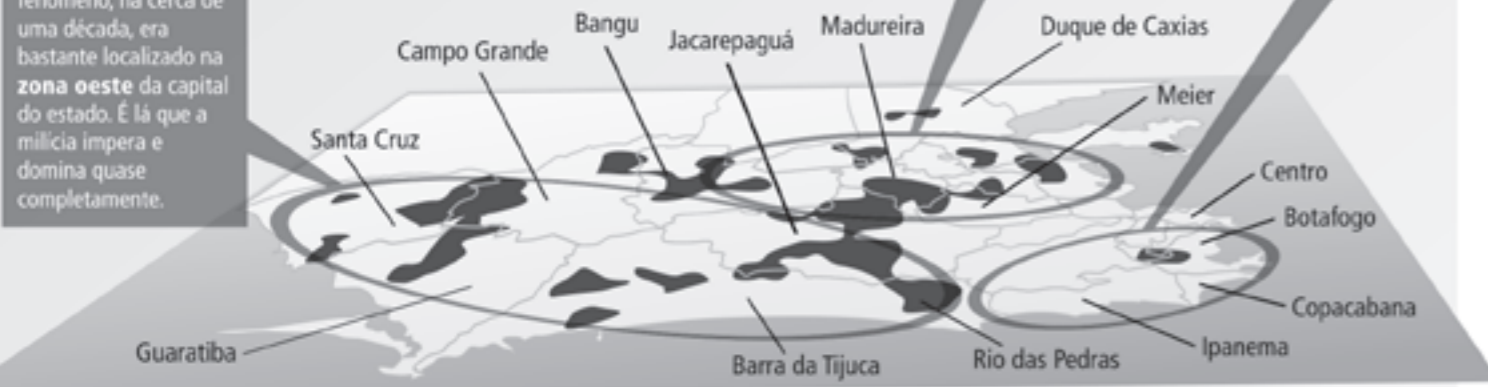
Tentáculos do crime

O que no Rio de Janeiro se chama de milícia é praticamente a mesma coisa a que, em outros estados, se dá o nome de grupos de extermínio. Hoje, elas se espalham por mais de 170 comunidades da capital fluminense. As áreas em destaque no mapa abaixo correspondem aos locais controlados por milícias.

Quando surgiu esse fenômeno, há cerca de uma década, era bastante localizado na zona oeste da capital do estado. É lá que a milícia impera e domina quase completamente.

Na zona norte, morros e favelas são hoje um território em disputa entre o tráfico e as milícias.

A zona sul, a parte mais rica do Rio, ainda não sofre com as milícias, até porque as favelas são dominadas pelo tráfico de drogas.



Como atuam essas organizações

Uma milícia é formada basicamente por policiais e bombeiros, da ativa e aposentados. Com a desculpa de oferecer à comunidade o que a polícia não pode prover, os grupos armados implantam turnos de proteção, com 15, 20 ou 40 homens. E cobram um preço alto por isso.

Mas a verdade é que em 65% das áreas onde as milícias atuam não havia antes a presença das quadrilhas do tráfico de drogas. As milícias dominam as áreas por interesse econômico. Elas passam a controlar atividades como distribuição de gás, concessão clandestina de sinal de TV a cabo e, principalmente, o transporte clandestino, sua maior fonte de renda. A milícia que controla Rio das Pedras, por exemplo, fatura cerca de R\$ 170 mil por dia.

Os líderes das milícias têm hoje patrimônios milionários. A força econômica levou esses grupos a buscar o domínio político. Representantes do grupo têm sido seguidamente eleitos vereadores e deputados. Com os cargos públicos na mão, partem para dominar a própria máquina do Estado, interferindo em atividades como a distribuição da merenda escolar ou a escolha dos delegados em suas áreas de atuação.

Fontes: Relatório da CPI das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e Rodrigo Pimentel, ex-capitão da Polícia Militar (Bope) e autor do livro que virou o filme Tropa de Elite.

Antropóloga compara segurança privada a milícia

A antropóloga e especialista em segurança pública Alba Zaluar tem uma tese polêmica. Para ela, além dos títulos que recebem, não há diferença visível entre as milícias das áreas carentes e as empresas de segurança privada que atuam na zona sul do Rio de Janeiro. Ambas cobram para atuar e andam armadas.

Coordenadora do Núcleo de Pesquisa das Violências do Instituto de Medicina Social da UERJ, Alba lembra que as empresas de vigilância que trabalham nos bairros de classe média também são compostas de agentes de segurança pública, que atuam paralela e ilegalmente às suas funções, como nas milícias.

– Os que compõem as milícias são militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo estado, que lhes fornece treinamento e armas. Têm ou tiveram a função de assegurar o cumprimento da lei, mas agem ao arrepio da lei, não só para fazer da segurança um negócio lucrativo, mas para explorar, em outros empreendimentos, os mais vulneráveis entre os trabalhadores, aqueles que não têm garantias na habitação, não têm acesso à Justiça e à informação, não têm protetores institucionais onde vivem – informou a antropóloga.

Para resolver o problema no Rio, afirma Alba Zaluar, é preciso remunerar e treinar melhor os policiais. Falta a presença do estado, diz a professora, atuando no “monopólio legítimo contra a violência” porque, atualmente, a segurança está muito mais nas mãos da “iniciativa privada” do que da pública.

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na qual coordena o Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana, o sociólogo Michel Misse não concorda com a tese de Alba. Segundo ele, a principal diferença é que, ao contrário das milícias, uma empresa legal de segurança está submetida a regras. “Nesse caso (das milícias), quem controla são os policiais. E uma pessoa que não queira pagar a contribuição tem sua casa invadida.”

Cidade pode federalizar combate a paramilitares

Depois de participar de uma solenidade na favela de Acari, no Rio de Janeiro, o ministro da Justiça, Tarso Genro, sugeriu, em março passado, ao governo do Rio de Janeiro que seja federalizado o combate às quadrilhas paramilitares que controlam mais de 170 comunidades carentes do estado. Mas, até o momento, o governo fluminense não respondeu à proposta.

– Já existe uma colaboração da PF com a Polícia Civil. O que nós vamos ver agora, a partir do relatório e conversando com o governador Sérgio Cabral, é que tipo de aporte ele precisa para dar continuidade e aprofundamento a esse combate. Inclusive a possibilidade, se o governador assim quiser, de federalizar essa questão – afirmou o ministro.

Mas Tarso Genro esclareceu que a chamada federalização seria apenas uma declaração pró-forma.

– O que interessa é a colaboração concreta que já está sendo dada e que vai continuar. Ou seja, a Polícia Federal tem meios, sim, de ajudar o estado a combater esse mal terrível que se abate sobre algumas regiões do Rio – explicou Tarso Genro.

O ministro recebeu o relatório final da CPI da assembleia legislativa que investigou a ação das milícias no estado, em que mais de 200 pessoas – incluindo parlamentares, policiais civis e militares, bombeiros e até soldados do Exército – são denunciadas por participação nos grupos criminosos.

Demostenes: só simplificação acelera trâmite de processos

Presidente da CCJ aposta na reforma dos códigos para melhorar o trabalho do Judiciário. Para Gilmar Mendes, presidente do STF, isso não basta

A pesquisa “Justiça em Números”, divulgada na semana passada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revelou que havia 70,1 milhões de processos em tramitação no Judiciário brasileiro em 2008, 2 milhões a mais que em 2007 (veja quadro abaixo). Para o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), os dados mostram a necessidade de que o Congresso reforme os códigos de processos judiciais.

– Só a reforma dos códigos pode agilizar e simplificar os processos, com menos recursos e menos audiências – argumentou Demostenes, para quem é preciso adotar logo penas alternativas e possibilidades de conciliação para melhorar a prestação da Justiça.

Segundo o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, a carga acumulada de processos não diminui em razão do aumento da demanda.

– Temos uma grande faixa da população ainda fora do universo jurídico. Se conseguirmos transformar cada

comarca do Brasil num local onde se peticiona para a Justiça, vamos ter uma avalanche de processos – afirmou Mendes.

Embora considere que, de fato, a demanda seguirá aumentando, inclusive pelo fortalecimento das defensorias públicas, Demostenes entende que, se o sistema se mantiver como está, os números só tendem a crescer. Para ele, propostas como os 11 projetos de lei encaminhados ao Congresso pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que criam cargos para servidores e juizes dos tribunais regionais do trabalho, não devem ser modelos a ser seguidos.

– Sem mudanças para agilizar e modernizar os processos, nem o aumento da estrutura do Judiciário, com mais servidores ou juizes, vai dar conta do trabalho. Aumentar gastos não é a saída, mesmo levando em conta a tendência de aumento do número de ações – declarou o presidente da CCJ.

SOBRE A PESQUISA

A pesquisa “Justiça em Números” foi uma das inovações advindas da reforma do Judiciário feita pelo Congresso, que incluiu ainda a criação do Conselho Nacional de Justiça. A edição de 2009 do levantamento incluirá a Justiça Militar e a Justiça Eleitoral.

Demandas em excesso

Veja a distribuição dos 70,1 milhões de processos em tramitação no Judiciário brasileiro em 2008

Justiça estadual

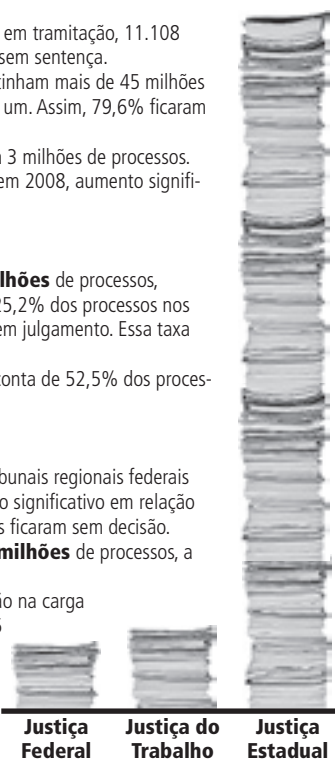
Em 2008, possuía **57 milhões** de casos em tramitação, 11.108 juizes e uma média de 73,1% processos sem sentença. No primeiro grau, os 8.603 magistrados tinham mais de 45 milhões de processos – cerca de 9.035 para cada um. Assim, 79,6% ficaram sem sentença, contra 80,7% em 2004. No segundo grau, eram 1.500 juizes para 3 milhões de processos. Eles despacharam 57,5% dos processos em 2008, aumento significativo em relação aos 47,2% em 2004.

Justiça do Trabalho

Em 2008, os 3.145 juizes tinham **6,9 milhões** de processos, 3 milhões dos quais de anos anteriores. 25,2% dos processos nos tribunais regionais do Trabalho ficaram sem julgamento. Essa taxa era de 33,2% em 2004. Já os juizes de primeira instância deram conta de 52,5% dos processos, número próximo aos 48% em 2004.

Justiça federal

Em 2008, cada um dos 137 juizes dos tribunais regionais federais era responsável por 8.660 casos, aumento significativo em relação aos 7.945 de 2004. 58,9% dos processos ficaram sem decisão. No primeiro grau, foram registrados **2,1 milhões** de processos, a serem julgados por 1.075 magistrados. Os juizes de primeiro grau tiveram redução na carga de trabalho entre 2004 e 2008 (de 2.635 para 1.985 processos cada um). Os magistrados de segundo grau possuíam **1,2 milhão** de processos. Já nos Juizados Especiais, havia **2,1 milhões** de ações para 240 juizes.



Fonte: Pesquisa “Justiça em Números 2008”, Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça.



Gilmar Mendes e Demostenes discordam quanto ao impacto dos ritos processuais na questão da morosidade da Justiça

Repressão ao crime organizado

O projeto de lei do Senado sobre a repressão ao crime organizado (PLS 150/06) é um avanço com relação às leis atuais, mas merece aprimoramentos. Foi o que disseram o ministro Gilmar Mendes, presidente do STF, e o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, em debate na CCJ.

Para Mendes, o projeto de Serys Slhessarenko (PT-MT) tem pontos positivos, como a definição mais precisa do que é organização criminosa, a sistematização da investigação, a possibilidade de apelar em liberdade e a preservação dos dados da testemunha sempre que necessário.

Como sugestão, o ministro propôs a criação de mecanismos que garantam maior segurança aos juizes responsáveis por esse tipo de processo e a normatização da atividade investigatória do Ministério Público (MP).

Por sua vez, Antonio Fernando de Souza disse que, embora a Constituição atribua ao MP atividade investigatória, a questão não deve ser objeto de competição, e sim de conjugação de esforços por mais eficiência.

Aloizio Mercadante (PT-SP), relator da matéria, reconheceu que é preciso discutir mais o

Os crimes previstos no projeto

- Tráfico ilícito de **drogas**
- **Terrorismo**, sua organização e financiamento
- **Contrabando** ou tráfico ilícito de armas, munições, explosivos ou materiais destinados à sua produção
- Extorsão mediante **sequestro**
- Crimes contra a **administração pública**
- Crimes praticados por particular contra a **administração pública estrangeira**
- Crimes contra o **sistema financeiro** nacional
- Crimes contra a **ordem econômica** ou tributária
- Crime contra o **transporte de valores** ou cargas e receptação dolosa dos bens
- Tráfico de **pessoas**
- Tráfico de **migrantes**
- **Lavagem de dinheiro**, ocultação de bens, direitos e valores
- Tráfico ilícito de tecidos, **órgãos** ou partes do corpo humano
- **Homicídio** qualificado
- **Falsificação**, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais
- Crime contra o **meio ambiente** e o **patrimônio cultural**
- **Roubo** qualificado
- **Delitos informáticos**
- Outros crimes previstos em tratados ou **convenções internacionais** assinados pelo Brasil



assunto.

– Hoje ficou claro que existem algumas questões que ainda não estão plenamente resolvidas – afirmou, referindo-se a temas como delação premiada, interceptação telefônica, infiltração de agentes e condução do inquérito policial.

Romeu Tuma (PTB-SP) criticou o fato de a escuta telefônica ser atualmente usada como fim e não como meio na investigação. Já Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu o fim do inquérito policial, que taxou de “absurdo”. Também criticou o

foro privilegiado e a candidatura a cargos políticos de pessoas com “ficha suja”.

Para Serys, o projeto realmente precisa de aprofundamentos em questões pontuais.

– A perfeição é difícil de conquistar – admitiu.

A CCJ promove outro debate amanhã para discutir as emendas de Romeu Tuma. Estão convidados presidentes de associações de policiais e do MP, o advogado Wladimir Sérgio Reale e o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Leonardo Azeredo Bandarra.

Audiência pública discute anteprojeto de CPP

Na primeira audiência pública da Comissão de Reforma do Código de Processo Penal, o presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, Otávio Brandão Caldas Netto, propôs que as perícias em processos penais sejam feitas apenas por peritos oficiais (o anteprojeto de CPP apresentado pela comissão de juristas sugere que elas possam ser feitas também por servidores públicos de qualquer órgão).

Otávio Brandão argumentou que a polícia judiciária e a pe-

rícia criminal estão equipadas para produzir laudos, o que nem sempre ocorre nos órgãos públicos, que podem colocar em risco o trabalho de investigação.

– Teriam eles meios suficientes? Posso garantir que não – afirmou.

Para o representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União (ANDPU), Esdras dos Santos Carvalho, a comissão deve garantir o direito de ampla defesa previsto na Constituição, já que 98% dos réus não podem contratar

advogado e são defendidos por advogado designado pelo juiz – o chamado defensor dativo. Ele sugeriu que esses réus sejam assistidos pela defensoria pública.

Já o representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Gustavo Henrique Badaró, entende que o texto restringe demais o uso do *habeas corpus*.

O relator da matéria, Renato Casagrande (PSB-ES), pediu aos debatedores o envio de todas as críticas e sugestões para melhorar o anteprojeto.

eleições

Prisão em período eleitoral pode ter exceções ampliadas

A prisão de eleitores acusados de crimes hediondos ou dolosos contra a vida (em que houve a intenção de matar), nos cinco dias anteriores e nos dois que se seguem àquele em que ocorrem votações pode passar a ser admitida no país. A medida, que dependerá de ordem judicial, está prevista em projeto (PLS 290/06) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado pela CCJ.

Hoje, a legislação eleitoral que proíbe genericamente as prisões já prevê, mesmo dentro desse período, a possibilidade de detenção para os casos em que houver sentença por crime inafiançável ou flagrante delito, entre outros casos. A proibição foi criada para evitar prisões motivadas por perseguições ou brigas políticas, lembrou Serys.

– A violência no país tem aumentado consideravelmente, de maneira que a manutenção do dispositivo, na forma vigente, beneficiará autores de crimes brutais, como assassinos e estupradores – argumentou a senadora.

Nova PEC dos Vereadores volta para comissão

O Plenário já realizou a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 47/08), do senador César Borges (PR-BA), que disciplina os gastos nas câmaras legislativas municipais. Como foram apresentadas emendas à proposta, ela será novamente analisada pela CCJ, onde já havia sido aprovada em maio – na forma de substitutivo do senador Valtter Pereira (PMDB-MS).

O líder do PT, senador Aloizio Mercadante (SP), pediu empenho dos líderes partidários pela votação da PEC já nesta semana, tanto na CCJ como em seguida, no Plenário. Ex-candidatos a vereadores têm pressionado pela aprovação, a fim de que ela possa logo ser analisada pela Câmara dos Deputados, onde tramita outra proposta que altera o número de vereadores nas câmaras.

VARAS ESPECIAIS

A criação de instâncias exclusivas e especiais no âmbito dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) para julgamento de crimes contra a administração pública, contra o sistema financeiro nacional, de “lavagem” de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores, e de ações de improbidade administrativa foi aprovada pela CCJ. A iniciativa do projeto foi da CPI Mista dos Correios, por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC 33/06).

Candidato será obrigado a ter uma “ficha limpa”

Projeto de Pedro Simon, que muda legislação eleitoral, passou pela CCJ sem manifestações contrárias, o que surpreendeu o relator Demostenes Torres

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em decisão terminativa, projeto que condiciona o registro de candidatura a cargo eletivo à comprovação de idoneidade moral e reputação ilibada. Proposto por Pedro Simon (PMDB-RS), o PLS 688/07 agora vai ao exame da Câmara, exceto se houver recurso para que seja votado também em Plenário.

O relator, Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da CCJ, observou que o texto submete os candidatos a postos eletivos às mesmas exigências feitas aos cidadãos que prestam concurso para cargos públicos.

O projeto passou pela CCJ sem manifestações contrárias. Situação diferente, lembrou Demostenes, da que ocorreu com a votação, no ano passado, na comissão, de outro projeto que também altera a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90). O texto, ainda sem votação em Plenário, impede o registro de candidatos condenados, em qualquer instância, pela prática de crimes hediondos ou dolosos, contra a administração pública ou o sistema financeiro, e por



Conforme Simon, a lei atual só exige que a pessoa não esteja condenada em última instância, o que os incentiva a adiar ao máximo os processos criminais

improbidade administrativa.

– O projeto aprovado agora é ainda pior [mais rígido], pois não precisa nem haver condenação. É o juiz eleitoral que vai decidir se o candidato atende aos requisitos de idoneidade na hora de conceder o registro – observou.

Simon explica que a lei, hoje, não prevê filtros capazes de impedir a candidatura de pessoas que, com recursos legais, procuram adiar indefinidamente o julgamento de ações que possam levar a condenações criminais.

Em Plenário, Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou nota publi-

cada pela jornalista Sonia Racy, de *O Estado de S. Paulo*, na qual é dito que a proposta só passou por “desatenção” dos senadores.

– O projeto foi discutido, debatido e votado conscientemente por todos que ali estavam – afirmou, depois de registrar que a matéria contou com todo seu apoio.

Para Arthur Virgílio, a jornalista está devendo satisfação a Simon. O senador gaúcho lamentou não ter tido a chance de acompanhar a votação da sua proposta, por falha de sua assessoria, a qual deixou de informá-lo que o projeto estaria em pauta.

Prazo maior para governante defender contas no TCU

Governantes que tiverem contas contestadas em parecer prévio do Tribunal de Contas da União (TCU) por supostas falhas ou irregularidades poderão contar com uma segurança a mais para exercer seu direito ao contraditório e à ampla defesa.

A CCJ aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC 58/03) que determina a suspensão da elaboração desse parecer prévio do TCU, por até 15 dias, para que o gestor público preste a ter suas contas consideradas irregulares possa contestar.

Relator, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) deu razão ao autor da proposta, César Borges (PR-BA), em exigir o cumprimento dos princípios do

contraditório e da ampla defesa nos pareceres elaborados não só pelo TCU, mas também nos tribunais estaduais e municipais. Segundo advertiu, uma condenação antecipada do gestor público, principalmente às vésperas de uma eleição, pode deixá-lo exposto perante a população e causar um desastre em sua carreira política.

Na mesma reunião, a CCJ rejeitou o PLC 105/07, que prevê a suspensão de cursos de Direito que não consigam aprovar, por dois anos consecutivos, 10% dos seus diplomados nos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os senadores seguiram o parecer contrário do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-



Antônio Carlos Valadares, relator da PEC, defendeu o direito à ampla defesa e ao contraditório

BA), que considerou a proposta “injurídica”, por tratar de assunto já regulamentado pelo Decreto 5.773/06, a partir de exigência da Lei 10.861/04, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O PLC 105/07 ainda irá ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Rejeitada PEC que reduzia número de deputados

A CCJ rejeitou proposta de emenda à Constituição que poderia reduzir para 405 o número de deputados federais, contra os 513 atuais. A PEC 69/07, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), alegava a necessidade de diminuir o desequilíbrio na representação entre as diversas bancadas estaduais e contribuir para a redução dos gastos públicos.

O texto promovia a redução do número mínimo de deputados, por bancada, dos atuais oito para quatro. Nenhuma unidade federativa poderia ter mais de 70 representantes, cujo número final da bancada seria fixado em lei complementar. A redução seria de uma cadeira a cada eleição, para que o piso e o teto previsto na PEC fossem atingidos no quarto pleito.

O relatório do senador Renato Casagrande (PSB-ES), ao justificar o voto contrário, disse que a proporcionalidade plena provocaria uma significativa hegemonia política do Centro-Sul – região mais densamente habitadas em relação à Norte-Nordeste.

Lei definirá o uso eleitoral da internet

Senadores e deputados decidiram criar uma comissão mista para elaborar e colocar em votação um projeto de lei que regulamente a utilização da internet durante a campanha eleitoral de 2010. A ideia surgiu em debate na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) sobre as oportunidades e desafios futuros da internet.

Ao abordar o assunto, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse considerar “um absurdo” que os candidatos tenham sido proibidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de fazer campanha pela rede de computadores, mas outros usuários possam montar páginas criticando e até ofendendo os postulantes.

– A internet é o equivalente moderno das assembleias da Grécia antiga – comparou o senador.

MULTA E PRISÃO

O comércio de fósseis pode passar a ser tipificado como crime. Além de ficarem sujeitas a multas, as pessoas flagradas armazenando ou vendendo fósseis podem pegar pena de prisão de um a cinco anos. Esta proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) foi aprovada pela CCJ. O projeto foi elaborado com a finalidade de proteger os depósitos de fósseis existentes no país, que são parte do patrimônio cultural do país e guardam relevante valor científico.

PONTOS EM SELEÇÃO

A CCJ aprovou a PEC 104/07 do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), determinando que a prestação de serviço às Forças Armadas, por dois anos ou mais, constitui título computável para efeito do concurso público de ingresso nas carreiras de policial militar e de bombeiro militar. A PEC agora vai para a Câmara dos Deputados. Para o relator, Romeu Tuma (PTB-SP), a ideia é estimular o ingresso de ex-integrantes das Forças Armadas na polícia militar e no corpo de bombeiros.

PERÍCIAS OFICIAIS

Proposta aprovada pela CCJ regulamenta as perícias oficiais. De acordo com o texto, as atividades de perito oficial de natureza criminal são consideradas exclusivas de Estado. Pelo projeto, originário da Câmara (PLC 204/08), o perito tem autonomia técnica, científica e funcional e regime especial de trabalho. Os cargos serão ocupados mediante concurso público e por pessoas com formação acadêmica específica.

RENDAS DOS CARTÓRIOS

Proposta de iniciativa popular, sugerida pelo Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (MG), foi aprovada pela CCJ. Trata-se do PLS 441/08, que teve origem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ele estabelece que tabeliães e oficiais de cartórios de notas e registros terão, entre seus deveres, a obrigação de encaminhar relatório anual aos tribunais de justiça com dados sobre as suas arrecadações anuais.

debates

Serys celebra escolha de Cuiabá para sediar Copa

Senadora – que também comemorou a inclusão de Mato Grosso no Pronasci – vê campeonato como oportunidade de melhorar a infraestrutura local

Ao falar sobre segurança e Copa do Mundo, Serys Shlessarenko (PT-MT) relacionou os dois temas a recentes medidas que vão afetar positivamente seu estado, o Mato Grosso. Uma delas foi a escolha de Cuiabá como uma das cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

– Será uma oportunidade de ouro para Cuiabá e para o meu estado. A Copa será um momento favorável para a melhoria da infraestrutura local, com a pavimentação de ruas, construção de hotéis e de pontos de atração para o turista – afirmou.

Em resposta a Cristovam Buarque (PDT-DF), que defendeu, em aparte, maiores investimentos em educação no Mato Grosso, Serys disse que percebia avanços em várias políticas sociais no

estado, como a própria educação e a saúde.

A senadora também aplaudiu a inclusão do estado no Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), coordenado pelo Ministério da Justiça, o que fará com que Mato Grosso receba R\$ 6,7 bilhões até o final de 2012. Para a senadora, a maior vantagem da adesão ao Pronasci está na ênfase dada à prevenção da criminalidade juvenil.

Serys também destacou o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado na última sexta-feira, defendendo o fim do modelo de exploração destruidor da natureza e sua substituição por um formato sustentável de pro-



Serys ainda solicitou a aprovação da PEC que trata da proteção do Cerrado e do Pantanal

dução. Ela solicitou a aprovação da PEC 115/95, que trata da proteção do Cerrado e do Pantanal, e ainda elogiou as iniciativas de Clóvis Arantes, que trabalha no combate à homofobia em Cuiabá.

Crivella lamenta morte de amigo em fogo cruzado

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) lastimou a morte de seu amigo Roberto Santana de Araújo, 27 anos, atingido no dia 30 de maio durante fogo cruzado entre a polícia e traficantes, no morro da Mangueira, no Rio de Janeiro.

Ele definiu o elogio fúnebre que leu como um grito de alerta ao Congresso, às autoridades do país e especialmente às do Rio de Janeiro.

– Quero prestar homenagem a um brasileiro, um carioca, meu amigo, meu irmão de fé, que no fogo cruzado das invasões que a polícia faz nas comunidades carentes foi vítima de bala perdida – disse.

De acordo com Crivella, eram quase 10h da noite quando uma bala de fuzil matou Roberto Santana, que estava naquele momento dentro de casa, se despedindo da noiva para ir a uma vigília na igreja.

O senador afirmou que, até a polícia concluir seus exames periciais, não há como saber de onde veio o disparo.

– Mais uma bala perdida, mais uma vida ceifada. – assinalou Crivella.

Antes de provocar tiroteios em áreas habitacionais, argumentou, melhor seria que a polícia executasse operações de inteligência, como a que prendeu o assassino do jornalista Tim Lopes, sem



Crivella lastima bala perdida em tiroteio entre polícia e traficantes que vitimou Roberto Santana

disparar um só tiro.

– Melhor seria o controle das fronteiras por onde hoje passa tamanha quantidade de armas e drogas, que se constitui na mais acintosa e insolente afronta à honradez da nossa soberania. Criminalidade se combate com inteligência – afirmou.

Nery critica atitude da Vale do Rio Doce no Pará

O líder do PSOL, José Nery (PA), denunciou “posturas autoritárias” da Companhia Vale do Rio Doce em relação à população de Parauapebas, no Pará. Segundo o senador, a Vale está ameaçando moradores “prejudicados pela construção de uma rodovia vicinal, que passa pelas terras deles”, destinada a viabilizar o escoamento de minério de ferro do Projeto Salobo. De acordo com Nery, caso os moradores não aceitassem o projeto original, “corriam o risco de não receber a indenização”.

– O mais grave é que a prefeitura de Parauapebas e o Judiciário local mostram-se subservientes à Vale. Esse fato deixa claro que existe uma distância considerável entre a cara e a bonita propaganda da Vale do Rio Doce, na qual os brasileiros são induzidos a concebê-la como modelo de desenvolvimento sustentável e apoio a projetos sociais, e a verdadeira face conhecida pelo povo pobre do Pará: autoritarismo, danos ambientais, ingerência política e controle econômico de estruturas que deveriam estar apoiando seus eleitores e não seus financiadores.

Mão Santa: “governador do Piauí mente muito”

“Não conheço ninguém na minha vida que mente mais do que o governador Wellington Dias do estado do Piauí”, disse Mão Santa (PMDB-PI). O senador afirmou que, entre “tantas mentiras” do governador, destaca-se a que o Piauí possui dois aeroportos internacionais.

– O governador fez apenas uma maquiagem no aeroporto de Teresina, que nem recebe teco-teco, e que de internacional não tem nada. Agora, anuncia que vai construir outro aeroporto internacional no município de São Raimundo Nonato, do qual a própria Agência Nacional de Aviação [Anac] desconhece o projeto, e a Infraero [Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária] confirma – denunciou.

Mão Santa também condenou as dificuldades que os brasileiros estão tendo para se deslocar pelo país ao utilizar linhas aéreas. E contou o caso “absurdo” de um passageiro que embarcou em Teresina, foi obrigado a ir a Brasília e depois se deslocar para São Luis, muito mais próxima do Piauí que do Distrito Federal.

Simon critica a proposta de terceiro mandato no Executivo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse não aceitar terceiro mandato para a Presidência da República, conforme propõe o deputado Jackson Barreto (PMDB-SE). O parlamentar reapresentou quinta-feira proposta de emenda à Constituição – arquivada outras vezes – que permite ao presidente e aos governadores e prefeitos disputarem um terceiro mandato consecutivo.

– Eu sou democrata para valer. E como tal, eu não aceito o terceiro mandato – afirmou Simon, ao dizer que acredita que metade de seu partido apoia um terceiro mandato para o presidente Lula.

No entanto, Simon considerou que, apesar de as bases do partido quererem candidatura própria do PMDB à Presidência da República, também há grupos

na legenda que apóiam a candidatura da ministra Dilma Rousseff, do governador de São Paulo, José Serra, ou do governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

O senador criticou ainda o fato de a Câmara dos Deputados, em vez de aprovar a reforma política, pensar em convocar uma assembleia constituinte para tratar do assunto, conforme proposta de José Genoíno (PT-SP).

Simon disse concordar com a proposta e se ofereceu para dela participar, desde que os parlamentares que integrem tal comissão não se candidatem mais.

Cristovam Buarque (PDT-DF) concordou que se pense em assembleia constituinte, mas defendeu que os parlamentares constituintes não exerçam mandato pelos próximos 20 anos.

homenagem

Os cem anos do nascimento de Patativa do Assaré

“Só quem não sabe quem é Patativa do Assaré é a Academia Brasileira de Letras (ABL)”. O cantor e compositor Raimundo Fagner homenageou Antônio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, cobrando da ABL que lembre do poeta popular cearense, cujo centenário de nascimento foi celebrado na quarta-feira passada pelo Senado.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) lançou, durante a sessão, o livro *Patativa do Assaré – Poeta Universal*, que reúne artigos sobre Patativa, entrevistas com seus filhos e traz uma antologia com alguns dos seus poemas.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou a participação de Patativa do Assaré na campanha de redemocratização Diretas Já, em 1984. Tasso Jereissati (PSDB-CE) relatou que o poeta cearense, ao lado de dom Aloísio Lorscheider, foram “as figuras mais bonitas” que conheceu na vida, por representarem “tudo aquilo que é bonito no ser humano”.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que Patativa do Assaré é compreendido no mundo todo, pois cantava seu povo de forma universal. Fátima Cleide (PT-RO) ressaltou que o poeta deu voz e visibilidade à multidão de nordestinos que vivem submetidos às inclemências da natureza, aos efeitos mais perniciosos das injustiças sociais e à pobreza, muitas vezes, extrema.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que sua admiração por Patativa do Assaré o levou a criar na cidade de Vila Nova do Piauí,



Geraldo Gonçalves, filho de Patativa do Assaré, declama poema em homenagem ao centenário de nascimento do pai

na região de Picos, a Biblioteca Patativa do Assaré. Marconi Perillo (PDSB-GO) destacou que o poeta deixou como grande legado a maneira como utilizou a literatura de cordel para denunciar as injustiças sociais existentes no Nordeste a seu próprio povo e ao restante do país.

Também se pronunciaram os senadores César Borges (DEM-BA), José Nery (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Adelmir Santana (DEM-DF).

Entre as autoridades cearenses na sessão, estavam o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cesar Asfor Rocha; o presidente do Tribunal de Contas da União, Ubiratan Aguiar e o prefeito de Assaré, Evanderto Almeida. Também estiveram presentes o diretor do documentário *Patativa do Assaré – Ave Poesia*, Rosemberg Cariry, e o filho de Patativa, Geraldo Gonçalves.

institucional

Senadores licenciados terão que devolver auxílio-moradia

Volta a valer, com efeito retroativo aos últimos sete anos, norma revogada em 2002 que proíbe a concessão do benefício aos afastados para exercer cargo público, como o de ministro de Estado

Os senadores licenciados para exercer cargo de ministro de Estado terão que devolver o auxílio-moradia recebido da Casa entre 2002 e 2009.

O 3º secretário do Senado, Mão Santa (PMDB-PI), anunciou que as normas para o pagamento do auxílio-moradia vigentes entre 1992 e 2002, que vedam a concessão do benefício aos licenciados para o exercício de cargo público, voltaram a ter eficácia jurídica.

A publicação do Ato da Comissão Diretora 6/09, no último dia 28, determinou a “represtinação” (revogação de norma, revalidando a que existia antes) do Ato 24/92, que havia sido revogado em 2002. A determinação da Mesa obriga que os efeitos do ato de 1992 sejam aplicados por todo o período de tempo em que ele não esteve vigente, ou seja, sete anos.

O ato agora revalidado diz que “cessa de pleno direito” o recebimento do auxílio ou do apartamento funcional “se o ocupante

vier a ser licenciado para exercer cargo de ministro de Estado ou de secretário de Estado, do Distrito Federal ou de prefeitura de capital”. Ou seja, caso isso ocorra, o senador “perderá, a partir da mesma data, o direito à hospedagem e ao recebimento do auxílio-moradia”, detalha a norma.

– Fica juridicamente desamparado o pagamento feito às suas excelências os senadores licenciados, já que tal situação é contrária às normas ali presentes – diz a nota lida pelo 3º secretário.

Agaciel: 1º secretário é quem deve investigar as licitações

O ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia disse que é obrigação do 1º secretário da Casa abrir inquérito para averiguar irregularidades em licitações. A declaração foi feita a Arthur Virgílio (AM), em depoimento comandado pelo 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO).

Agaciel – que compareceu sem advogado – negou ser o responsável por uma “estratégia de intimidação” de senadores e funcionários da Casa, denunciada por Arthur Virgílio, ou que tenha parentes ou conhecidos à frente de empresas de prestação de serviços. Ele negou ainda estar respondendo a algum processo por improbidade administrativa na Justiça.

Indagado por Marconi, o ex-

diretor-geral afirmou não considerar excessivo o número de funcionários do Senado, já que a Casa ampliou de seis para 11 o número de comissões e criou 30 subcomissões. Para ele, o que aumentou muito foram os cargos comissionados nos gabinetes dos senadores, embora a Casa gaste menos da metade do que permite a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo Virgílio, os primeiros secretários devem explicações.

– Ele [Agaciel] foi muito nítido ao dizer que não é culpa dele – afirmou, ressaltando, no entanto, que devem ser chamados apenas os que exerceram o cargo nos 15 anos em que Agaciel foi diretor-geral e que tiveram denúncias de irregularidades em suas gestões.

Zoghbi confirma tentativa de suborno por esposa

Em depoimento ao 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo, o ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghbi admitiu que sua esposa, Denise Zoghbi – ex-diretora do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB, também ligado ao Senado) – ofereceu um automóvel Mercedes Benz ao repórter que iria publicar matéria contrária ao diretor.

Zoghbi – já indiciado pela Polícia Legislativa por corrupção passiva, formação

de quadrilha e falsidade ideológica – negou todas essas acusações. Acompanhado de seu advogado, Zoghbi também negou saber de qualquer fato desabonador sobre Agaciel Maia, a quem disse ter acusado por estar “em um momento de tensão”.

Na sexta-feira, a Polícia Legislativa informou que o procurador Gustavo Pessanha Velloso solicitou que a Polícia Federal dê continuidade às investigações sobre as denúncias contra Zoghbi.

Ex-diretor retirou acusações contra Agaciel feitas a revista

presidência

Marconi participa de evento sobre biocombustíveis

O 1º vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), discursou no Ethanol Summit 2009, considerado um dos maiores encontros sobre biocombustíveis do mundo. Realizado em São Paulo, o evento contou com 150 palestrantes de todos os continentes, destacando-se entre eles o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton e o governador de São Paulo, José Serra.

O senador Marconi Perillo informou que, juntos, Brasil e Estados Unidos detêm 75% da produção mundial, que cresceu a uma taxa anual de 10,5% entre 2000 e 2006.

O parlamentar observou, no entanto, que a produção de cana-de-açúcar – para o etanol – e de oleaginosas – para o biodiesel – ocupa 6,6 milhões de hectares, menos de 2% dos 350 milhões de hectares de terras disponíveis no Brasil.

RODRÍGUEZ SAÁ

No exercício da Presidência do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO) recebeu na quarta-feira o ex-presidente da Argentina Rodríguez Saá, que é atualmente senador e parlamentar do Mercosul. Rodríguez também teve encontros com os ministros da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, e da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, entre outros.

ROSEANA SARNEY

O presidente do Senado, José Sarney, permanece em São Paulo, acompanhando a recuperação de sua filha, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, cujo quadro clínico é considerado “ótimo” pelo Hospital Albert Einstein, depois da cirurgia a que ela se submeteu para a correção de um aneurisma cerebral. Ainda não há previsão de alta.



Os senadores Arthur Virgílio (E) e Marconi Perillo ouvem depoimento de Agaciel Maia (D). Ex-diretor da Casa, que foi indiciado, negou todas as acusações

Identificar e divulgar em todo o país os 150 projetos de lei de maior impacto, repercussão e sensibilidade social, em benefício do país, foi o objetivo da premiação Mérito Legislador 2008. A avaliação é do diretor do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro (Idelb), Josué dos Santos, ao fazer um balanço do evento, que premiou 64 senadores, entre eles, Marconi Perillo (PSDB-GO). Concorreram ao prêmio 1.085 projetos de todas as esferas legislativas.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4ª Secretária: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado:

José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudíia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Copa de 2014 abre portas ao investimento

Para receber o evento, país vai enfrentar desafios como melhoria do transporte público, segurança das cidades e infraestrutura para o turismo

Com a escolha das cidades que vão sediar a Copa do Mundo de 2014, cresce o entusiasmo da população e o interesse da imprensa pelo evento. Mas também surgem dúvidas e perguntas.

Que benefícios a competição trará ao país? Que investimentos públicos serão necessários? Qual será a contribuição do setor privado?

E mais: como melhorar o trans-

porte coletivo, a capacidade hoteleira e a segurança pública para receber os milhares de torcedores brasileiros e estrangeiros?

Senadores e especialistas debatem as questões no programa *Conexão Senado*.

Conexão Senado

Senado FM e OC: segunda-feira, 8/6, às 8h

Internet: segunda-feira, 8/6



Comissão da Fifa inspeciona o Estádio Mané Garrincha, em Brasília, uma das cidades que sediarão partidas em 2014

MARCELLO CASAL JR/ABR

Gazeta Mercantil: fim ou recomeço?

Na sexta-feira, 29 de maio, o mais tradicional jornal de economia e negócios do Brasil – *Gazeta Mercantil* – circulou com o que pode ter sido a última edição de sua história.

Cedida em usufruto e com marca licenciada para a Companhia Brasileira de Multimídia, do empresário Nelson Tanure, que também é detentora da marca *Jornal do Brasil*, a *Gazeta* foi devolvida ao antigo dono e diretor editorial, Luiz Fernando Levy.

Apesar de uma história de 89 anos de jornalismo econômico, marcada pela qualidade, profun-

didade na abordagem e desenhos em bico-de-pena dos entrevistados, o jornal acumula dívidas de mais de R\$ 200 milhões com ex-funcionários e fornecedores.

Mas Luiz Fernando Levy promete reerguer o jornal e recolocá-lo em circulação. E é com ele que o *Estação da Mídia* conversa nesta terça-feira.

Estação da Mídia

Senado FM: terça-feira, 9/6, às 7h30

Internet: terça-feira, 9/6

Câncer de mama

A ouvinte Roseli Pires Almeida, de Samambaia (DF), teve câncer de mama em 1999. Fez o tratamento e está curada, mas ainda tem dúvidas.

A Medicina já descobriu as causas do câncer? A doença é hereditária? Que fatores favorecem o aparecimento de tumores? Existe uma forma de as pessoas se prevenirem contra o câncer?

Para esclarecer essas e outras questões, convidamos o mastologista José Antônio Ribeiro Filho, chefe da unidade de mastologia do Hospital de Base e coordenador de mastologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Pergunte ao Doutor

Senado FM: quarta-feira, 10/6, às 7h30

Internet: quarta-feira, 10/6

A indústria do cinema

O *Senado Economia* entrevista Miguel Faria Júnior, diretor de filmes como *República dos Assassinos* (1979) e *O Xangô de Baker Street* (2001) e do documentário *Vinicius* (2005). Ele fala dos empregos gerados pela indústria do cinema e do domínio exercido pela indústria cinematográfica norte-americana, que produz 80% dos filmes assistidos no Brasil e no mundo.

Miguel Faria Júnior comenta também duas leis federais de incentivo à cultura: a Lei Rouanet e a Lei do Audiovisual.

Senado Economia

Senado FM: segunda-feira, 8/6, às 7h30

Internet: sexta-feira, 8/6



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - EcoSenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao país dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h40 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Contrapartida

"O PLS 3/08, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), determina que todo aluno universitário beneficiado com recursos públicos da União deverá desenvolver atividades, pelo menos por um semestre, de apoio à alfabetização de adultos. Ora, os alunos das universidades federais também não se beneficiaram ou se beneficiam de recursos públicos? Há que se ampliar o alcance do projeto, determinando que esses alunos, depois de formados, ou durante o período de estudos, prestem, por seis meses, trabalhos gratuitos aos municípios, como pré-requisito para se formar, porém com estada e alimentação por conta do município, e com certificado de prestação do serviço. Nada mais justo que esses alunos deem sua contrapartida ao povo e ao país, que os ajudaram com recursos públicos."

Fernando César Toledo, de Brasília (DF)

Crise

"O mundo vive a maior crise financeira da história do capitalismo, sendo um equívoco afirmar que os pequenos municípios não estão sendo os mais prejudicados. Os municípios estão sofrendo com a baixa arrecadação de impostos, com o crescente desemprego, falta de verbas vindas do governo federal, com a escassez de investimentos das empresas privadas. Tudo isso acarreta uma grave crise, fazendo com que a administração municipal seja obrigada a adiar obras, deixando de investir no próprio município."

Juber Marques Pacífico, de Cataguases (MG)

Proteção

"Defendo a aprovação de uma lei ou a criação de um órgão voltado para proteger funcionários que denunciam ilegalidades cometidas no serviço público federal. Não fosse a atuação heroica desses bravos colegas, muitas irregularidades nunca seriam descobertas, pois são tão bem feitas que só quem trabalha com a coisa

consegue saber. Alguns órgãos de controle interno, externo e até o Ministério Público dão as costas na hora que os denunciante pedem ajuda por estarem sendo retaliados e assediados moralmente."

Edson Carlos Araújo Medrado, de Senhor do Bonfim (BA)

Pedofilia

"Sugiro um projeto de lei que proponha o cancelamento da internet em regiões onde há maior número de casos de pedofilia. A punição deveria ser severa contra os pedófilos. Em caso de estupro, defendo a aplicação de medicamentos que deixem esses criminosos incapazes de cometer o ato. Proponho ainda aos senadores que a identidade e a carteira de trabalho sejam substituídos por cartões magnéticos com *chip* para reduzir as falsificações."

Tarcisio Pereira de Souza, de Condado (PE)

Meio ambiente

"Quero parabenizar o Senado Federal pela iniciativa de reunir 11 comissões temáticas para debater problemas relacionados ao meio ambiente, demonstrando a preocupação dos senadores com o presente e o futuro do Brasil. Externo minha alegria em perceber que há esperança para este país, pois ainda existem brasileiros que amam esta nação e lutam por melhores dias para o povo."

Manoel da Silva Bispo, de Feira de Santana (BA)

Compositores

"Expresso minha indignação pela situação enfrentada pelos compositores brasileiros que gentilmente cedem suas belíssimas obras aos grandes intérpretes, permanecendo incógnitos e na obscuridade. O Ministério da Cultura poderia criar uma lei que exigisse dos intérpretes a obrigação de divulgar o nome do compositor em todos os veículos de comunicação e em *shows*."

Eddi Brito de Andrade, de Feira de Santana (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Eu era líder do governo quando se fez a CPI dos Anões do Orçamento

e estava aqui na CPI do *impeachment* [do então presidente Fernando Collor]. A gente escolhia os mais independentes. Hoje, são as tropas de choque

Pedro Simon, criticando as indicações para a CPI da Petrobras.

O governo faz um espetáculo na hora do anúncio, mas não consegue inaugurar

Alvaro Dias, para quem os números anunciados pela ministra Dilma Rousseff sobre o PAC foram "maquiados".

GERALDO MAGELA



Nos últimos anos, a Câmara se transformou no cemitério da reforma política

Jarbas Vasconcelos, defendendo a aprovação da proposta.

Ou se instala essa CPI com seriedade ou não se instala

Paulo Duque, a quem caberá conduzir a instalação da comissão de inquérito.

Não quero golpe de Estado em lugar nenhum, muito menos na CPI das ONGs e muito menos em cima de mim. Não me sinto um Salvador Allende nem quero que [o líder do governo Romero] Jucá faça papel de Pinochet

Arthur Virgílio, defendendo a lisura de sua indicação como relator da comissão.

Discussão maniqueísta não ajuda na preservação da floresta

Cristovam Buarque, que criticou a falta de entendimento entre ambientalistas e ruralistas sobre a política de desenvolvimento para a Amazônia.



GERALDO MAGELA

Preferiria nem pensar nas consequências funestas do uso do Mercosul como palanque político-ideológico para a pregação da revolução socialista bolivariana

Jefferson Praia, contrário à entrada da Venezuela no bloco econômico.

Esses "vigaristas" dão um terço dos empregos do Brasil, são responsáveis por um terço das exportações. O Brasil pode viver muito bem sem o senhor, mas sentirá muito se perder seus produtores rurais

Kátia Abreu, em resposta ao ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.



pergunte ao senador

Fico envergonhado ao ver senadores defendendo a PEC dos Vereadores e criticando a Câmara porque, até agora, não votou o texto aprovado pelo Senado. Dizem que as despesas vão continuar as mesmas, mas os vereadores afirmam que não há dinheiro para os gastos. Por que tanto chororô, se 32% dos prédios onde funcionam as câmaras são alugados? Por mim, como o projeto foi aprovado antes das eleições de 2006, os senadores querem que a PEC tenha efeito retroativo. Isso não é inconstitucional?

Antonio Carlos Moreira Pereira, de Pedreiras (MA)

LEOPOLDO SILVA



Por que o Senado defende a PEC dos Vereadores?

O senador **Renato Casagrande (PSB-ES)** responde:

Prezado Antonio Carlos, reconheço que a PEC é de fato muito polêmica. Defendo a sua aprovação porque é função do Congresso Nacional legislar. Quem definiu o atual número de vereadores foram o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Cabe agora a nós mudar as regras, estipulando o número de vereadores e os critérios a serem adotados para a sua distribuição nas câmaras municipais. Há uma disparidade muito grande com as regras que foram aprovadas pelo STF e o TSE. Muitos municípios médios têm menos vereadores que municípios menores.

A questão central, então, não é discutir o repasse de recursos. Na verdade, os recursos ficarão até mais limitados se a proposta for aprovada também na Câmara. Desde o começo dessa discussão eu venho sugerindo que o Congresso não deve abrir mão de sua prerrogativa de legislar sobre essa questão. Quero esclarecer ainda que as mudanças aprovadas pelo Senado não são inconstitucionais: este poder é dado ao Congresso em nossa Constituição. Quanto ao dispositivo que permite que a lei retroaja até antes das eleições de 2006, assim como você, eu também questiono o que está no texto e acho que as mudanças deveriam vigorar a partir da próxima legislatura, mas esse ponto específico, acredito, só será resolvido no âmbito do STF.

Como manter seus filhos longe dos criminosos da internet

O acesso fácil de crianças e adolescentes à rede mundial de computadores já foi somente uma meta. Hoje é também motivo de grande preocupação. Muitos pais não sabem ao certo quanto tempo devem deixar o filho jogando, conversando ou simplesmente navegando na

internet. Esta edição do *Especial Cidadania* traz dicas para evitar a exposição de jovens a riscos como visualizar conteúdo impróprio, deixar o computador vulnerável a vírus ou receber assédio de pedófilos, sequestradores e outras pessoas mal-intencionadas.

Dicas de navegação segura

Conheça alguns pontos da cartilha da organização não governamental SaferNet, que alerta para os perigos mais comuns e ajuda pais e filhos a tomarem os cuidados necessários na internet

Redes de relacionamento

São sites que permitem criar e divulgar uma página pessoal na internet com textos, fotos e vídeos, encontrar amigos em comunidades para compartilhar gostos e ideias. Hoje estão entre os espaços preferidos pelos internautas brasileiros de todas as idades. Exemplos: Orkut, MySpace, Hi5, Facebook, etc. Ao divulgar informações pessoais na internet, elas se tornam públicas e podem ser gravadas e usadas, sem o controle do autor, para ofender ou chantagear. As redes também podem ser usadas para reunir criminosos e agressores.

▶ Não exponha detalhes de sua vida. Mantenha o mínimo de informações em seu perfil.
▶ Os cadeados e bloqueios de acesso podem ser "quebrados" por pessoas

mal-intencionadas.

▶ Questione se você distribui seu endereço, fotos e telefones para qualquer pessoa na praia, praça, ônibus ou mural da escola. Por que distribuir na internet?

▶ Não comente detalhes de horários e lugares onde estará. Faça isso por telefone ou por e-mail apenas com quem conhece pessoalmente.

▶ Se divulgar fotos, use as que não facilitem seu reconhecimento nem mostrem endereços ou nome de escola.

▶ Importe-se com a qualidade e não com a quantidade de amigos. Cuidado com estranhos.

▶ Troque sua senha periodicamente.
▶ Caso seja agredido ou convidado por estranhos: você pode configurar sua conta para bloquear contatos indesejados.

Redes P2P e compartilhamento de arquivos

Conhecidas como P2P (do inglês, *peer-to-peer*, ponto a ponto), são redes descentralizadas de computadores que podem trocar entre si informações como músicas, vídeos, textos e programas. Além das redes P2P, há os sites de compartilhamento de arquivos, que disponibilizam livros, filmes, fotos e músicas. Exemplo: YouTube (visualização de vídeos) e RapidShare (compartilhamento de arquivos). Os arquivos podem ter nomes falsos, disfarçando arquivos ilegais ou impróprios, além de facilitarem a invasão do computador para roubo de dados e distribuição de vírus.

▶ Faça buscas com cuidado e confira o nome e a origem dos arquivos.
▶ Leia com atenção o contrato de uso dos programas e não permita a divulgação de seus dados pessoais.
▶ Cuidado ao baixar arquivos que sejam executáveis (.exe) ou compactados.

Comunicadores instantâneos

Chamados também de *instant messengers*, são programas para enviar e receber mensagens instantâneas, como MSN, ICQ, Yahoo Messenger, Google Talk e Skype. Basta ter um programa e adicionar o endereço de pessoas que usem a mesma ferramenta para se comunicar em tempo real por meio de texto, voz e (ou) vídeo. As conversas podem ser entre duas ou mais pessoas num ambiente privado, diferentemente dos chats.

▶ Não aceite convite de estranhos, prefira comunicar-se com quem conhece.
▶ Não envie fotos pessoais, nome completo, telefones nem endereços a novos amigos.
▶ Cuidado ao abrir a câmera ou enviar fotos para desconhecidos: as imagens podem ser manipuladas contra você.
▶ As imagens da webcam podem mostrar cenas violentas e impróprias.
▶ Os arquivos trocados podem conter vírus, conteúdo agressivo ou ilegal.
▶ Evite gravar sua senha e não autorize entrada automática no computador, principalmente se usar *lan house* (estabelecimento comercial onde se navega na internet) ou qualquer outro local de acesso público.

Sites de busca

São páginas que oferecem serviço de busca de conteúdos disponíveis em outros sites na internet a partir de expressões ou palavras-chave. A partir deles, crianças podem facilmente encontrar conteúdos agressivos, impróprios e ilegais.

▶ Não confie em tudo o que vê ou lê, pois muitos conteúdos são falsos e mentirosos.
▶ Use o serviço de pesquisa segura (*safe search*) dos buscadores. Procure em preferências e ative a filtragem de páginas com conteúdo sexual explícito, impedindo que elas apareçam nos resultados da pesquisa.



ANA VOLPE/JS

Pesquisa internacional revelou que uma em cada cinco crianças internautas é alvo de pedófilos a cada ano. No Brasil, usar a rede para aliciá-las passou a ser crime

Chat/Salas de bate-papo

São salas virtuais organizadas por tema ou idade, em que a comunicação ocorre em tempo real, com a troca instantânea de mensagens entre várias pessoas. Como espaços públicos abertos a qualquer um, é preciso tomar cuidado com estranhos, pois as pessoas podem fantasiar e mentir para tentar ganhar confiança.

Em muitas dessas salas, as conversas são impróprias para crianças, que podem entrar sem ser identificadas. Os apelidos, ao mesmo tempo, facilitam a ação de criminosos.
▶ Não exiba seu nome completo, telefones, endereço nem lugares que frequenta.
▶ Jamais encontre "amigos virtuais" sem autorização de um adulto.
▶ Tempo de conversa não garante a confiança nem a veracidade das informações.
▶ Caso receba mensagens ou imagens agressivas que tentem forçar uma conversa, bloqueie o usuário, denuncie e peça ajuda.

Jogos on-line

São jogos com vários participantes conectados ao mesmo tempo, possibilitando ainda ação em equipe e conversas entre jogadores por meio de mensagens e chat. Alguns jogos podem durar meses, e cada vez que se conecta ao jogo o usuário pode continuar de onde parou. Há pessoas que fingem ser jogadores para prejudicar e roubar dados, e alguns jogos estimulam a violência e práticas criminosas. Muitos deles começam gratuitos e depois cobram taxas, por mensagens de celular ou cartão de crédito, para continuar. Não aceite provocações e disputas que possam trazer problemas na vida real.
▶ Verifique sempre a idade mínima indicada para cada jogo.
▶ Em uma *lan house*, verifique se saiu corretamente do jogo para evitar que roubem sua senha.
▶ Não esqueça que jogar em excesso prejudica a saúde e os estudos, podendo até viciar. Lembre-se dos esportes, da biblioteca e das brincadeiras sem computador.

E-mail

Serviço, geralmente gratuito, de troca de mensagens que permite enviar e receber textos, imagens e quase todo tipo de informação em formato digital. As mensagens podem ser golpes e trazer informações falsas. Além de serem o método mais utilizado para espalhar vírus, crianças podem receber conteúdos impróprios e serem aliciadas.
▶ Troque sua senha periodicamente.
▶ Não aceite nem abra e-mail de desconhecidos.
▶ Atenção com cartões virtuais. Não abra quando o nome do arquivo tiver .exe no final.
▶ Atualize o antivírus e use anti-spam.
▶ Ao receber mensagens agressivas e com conteúdo impróprio denuncie em www.denunciar.org.br e (ou) chame um adulto de confiança.

Blogs e fotologs

São espaços que podem ser criados por qualquer internauta para publicar suas ideias e fotos. É possível debater diversos temas, fazer comentários, enquetes, compartilhar links, etc., mas os comentários podem ser violentos e desrespeitadores.
▶ Faça observações moderadas, para evitar mensagens indesejáveis.
▶ Lembre-se de que você é responsável legalmente por tudo o que publica.

Para prevenir, acompanhamento e diálogo

O diálogo franco em família é a melhor recomendação para a educação dos filhos e, no que diz respeito ao uso da internet por crianças e adolescentes, o conselho não poderia ser outro. Mas uma pesquisa da Symantec, empresa de segurança na internet, revelou que, no Brasil, os pais se consideram mais preparados para discutir sexo com os filhos (72%) do que para abordar quais páginas são visitadas por eles na internet (66%). Foram ouvidos mais de 9 mil internautas de 12 países, sendo 600 deles brasileiros.

A pesquisa indica que os pais têm dificuldades em falar de internet. Eles não sabem como criar regras de utilização, pois não tinham acesso a essa tecnologia, e muitas vezes não têm ideia precisa do que exige atenção. O especialista de segurança da Symantec Lúcio Costa afirma que não se pode transferir a responsabilidade dos pais para a tecnologia. "Os programas são ferramentas para auxiliar na segurança da criança, mas o principal é o diálogo entre pais e filhos", observa.

Empresas como a Symantec e a McAfee e o sistema operacional Windows oferecem ferramentas chamadas controle pelos pais (*parental control*), que permitem filtrar conteúdos e definir horários de uso do computador. O auxílio dessas ferramentas é bem-vindo para os pais, que deparam com estatísticas assustadoras, como a de que uma em cada cinco crianças que navegam pela internet é alvo de pedófilos a cada ano. A informação foi dada este mês pelo secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Hamadoun Touré.

Em novembro de 2008, foi transformado em lei projeto da CPI da Pedofilia que tornou crime a posse e o armazenamento de pornografia infantil, além do aliciamento de crianças pela internet.

Projetos de lei contra pornografia infantil na rede

PLS 494/08 – Proposto pela CPI da Pedofilia, estabelece forma, prazos e meios de preservação e transferência de dados a autoridades públicas para investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes. A proposta está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O relator é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

PLS 121/08 – Do senador Magno Malta (PR-ES), proíbe as empresas de cartões de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil por meio da internet. A proposta já foi aprovada na CCT e deve ser analisada nas comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Saiba mais

www.safernet.org.br
www.internetsegura.org
www.navegueprotegido.com.br
www.brasilcontraapedofilia.wordpress.com